

SEMANÁRIO
DE INFORMAÇÃO
GERAL

ANO XX Nº 1506

PREÇO-10.000 PG

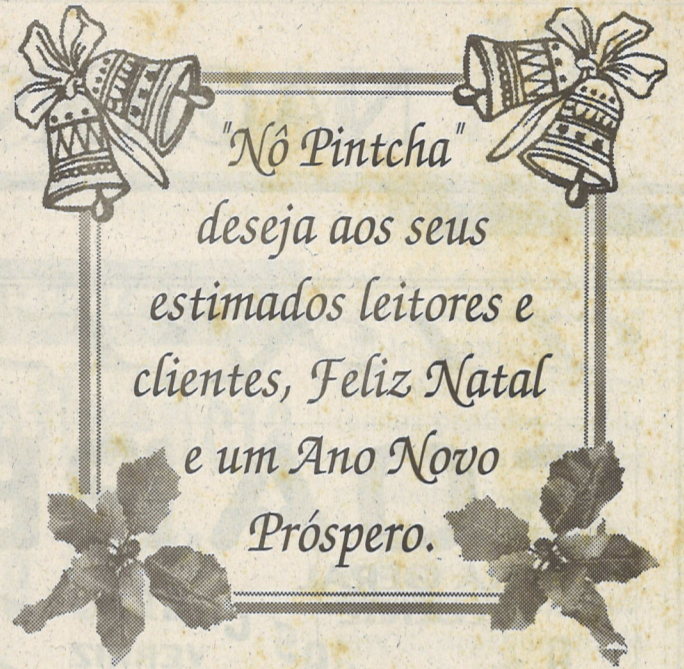
DIRECTOR-INTERINO
JOÃO QUINTINO TEIXEIRA

☎ { 21 37 13
21 37 28

NÔ

QUINTA-FEIRA
21 DE DEZEMBRO DE 1995

PINTCHA



"Nô Pintcha"
deseja aos seus
estimados leitores e
clientes, Feliz Natal
e um Ano Novo
Próspero.

POLÍTICA

ANP:

RESOLUÇÕES DA I SESSÃO
ORDINÁRIA DO ANO
LEGISLATIVO 1995/96



Página 5

CULTURA

CARNAVAL 96 JÁ DÁ OS
PRIMEIROS PASSOS



Página 3

EMBAIXADOR DA CHINA AO "NÔ PINTCHA"



Página 11

GUINÉ-BISSAU
JOGA UM PAPEL
INFLUENTE
NA ONU

ENTREVISTA COM CADOGO

"O PAÍS ESTÁ A PAGAR CARO COM A DERROTA DO PCD"

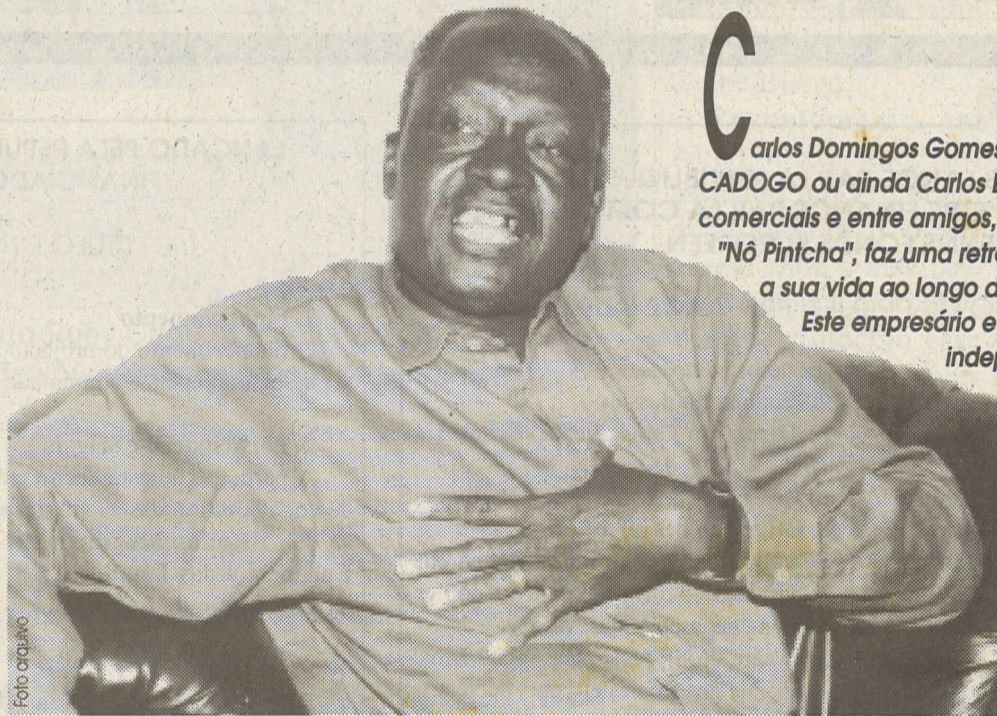


Foto arquivo

Carlos Domingos Gomes, mais conhecido por CADOGO ou ainda Carlos Banco nos meandros comerciais e entre amigos, em entrevista concedida ao "Nô Pintcha", faz uma retrospectiva daquilo que tem sido a sua vida ao longo destes quase 70 anos.

Este empresário e político, que foi candidato independente nas primeiras eleições presidenciais realizadas na Guiné-Bissau, define-se como um homem que pretende manter um distintivo que é a honestidade e considera ser injusto apellidarem-no de mal de amado dos Governos do PAIGC.

Páginas ... 6 e 7

ROTARY CLUB

MEDALHA PAUL HARRIS PARA NINO VIEIRA

Página 3

CONGRESSO DA UM MARCADA PARA 1996

A Comissão Política da União para a Mudança reunida, dia 16 do corrente, em Bissau, decidiu no final do encontro, no qual se procedeu o balanço das actividades do ano que agora vai findar, marcar o seu I Congresso para o trimestre de 1996.

Na próxima edição mais pormenores.

22 DE NOVEMBRO DE 1970

INVASÃO DE CONAKRY FOI HÁ 25 ANOS



Página 8

TINTAS SOAPEC

SOAPEC

TINTA GERAL
DILUENTE

A MAGIA DAS CORES
VERNIZ
CORANTES

Tintas

FABRICADO EM BISSAU Z.I. DE BRÁ 25.30.77

OS PRODUTOS SÃO:

— Incomparáveis - Alta qualidade - Grande rentabilidade - Baixo preço
Estamos na Zona Industrial de Brá a seguir à Guimetal e em frente à fábrica de oxigénio e acetileno

— Os nossos produtos estão também disponíveis na loja de Aly-Safa, junto à retunda da Amura, na Rua 12 de Setembro em Bissau velho.

CONSUMIR UM PRODUTO NACIONAL É CONTRIBUIR PARA O DESENVOLVIMENTO DO PAÍS



Tintas para Automoveis



TINTAS:
- Tintas para Barcos
- Tintas para Estrada
- Tintas para Automoveis
- Tintas para Casa

Tintas de Óleo



Tintas de água Plástico Exterior



Tintas de água Plástico Interior

DESEJAMOS AOS NOSSOS ESTIMADOS CLIENTES FESTAS FELIZES E UM NOVO ANO CHEIO DE PROSPERIDADES

Anúncios

AVIS D'APPEL D'OFFERES LANCE PAR LA REPUBLIQUE DE GUINEE BISSAU SUSCEPTIBLE D'ETRE FINANCE PAR LA COMMUNAUTE EUROPEENNE FONDS EUROPEEN

INTITULE ET NUMERO DU PROJET: PRI- 7 ACP GUB 011

1. Financement

La Communauté Européenne est susceptible de financer les travaux décrits ci après.

2. Participation et origine:

La participation est ouverte à égalité de conditions à toutes les personnes physiques et sociétés ressortissantes des Etats Membres de l'Union Européenne et des Etats ACP signataires de la Convention de Lomé IV.

3. Objet

Réhabilitation du tronçon de route bitumée NHACRA-JUGUDUL (28Kms).

4. Delai d'exécution

12 mois y compris la saison de pluies.

5. Administration responsable du marché

Direction Générale des Routes et Ponts - Ministère de l'Equipement Social.

6. Acquisition du dossier

Le dossier établi en langue française peut être obtenu auprès de:

Direction Générale des Routes et Ponts
Ministère de l'Equipement Social BISSAU
contre la somme de 1000FF ou l'équiva-

lent en pesos guinéens.

7. Examen du dossier

a) Direction Générale des Routes et Ponts.

b) Delegation de la CE - BP 359 - Bissau.

8. Réception des offre

Les offres établies en français et en quatre exemplaires (1original et trois copies) devront être déposées contre récépissé au:

Ministère de l'Equipement Social Direction Générale des Routes et Ponts Secrétariat du Directeur Générale

au plus tard le mercredi 21 Février 1996 à 10 heures, heure locale.

9. Ouverture des offre

Aura lieu en séance publique le mercredi 21 février 1996 à 11 heures locales, dans la salle de réunion de Direction générale des Routes et Ponts.

10. Durée de validité des offre

120 jours à compter de la date fixée pour la réception des offres.

LANÇADO PELA REPUBLICA DA GUINÉ-BISSAU SUSCEPTIVEL DE SER FINANCIADO PELA COMUNIDADE EUROPEIA

TÍTULO E Nº DO PROJECTO: PRI - 7 GUB 011

1. Financiamento

O financiamento do projecto susceptivel ser assegurado pela Comunidade Europeia

2. Participação e origem

A participação está aberta em igualdade de condições a todas as empresas originárias dos Estados Membros da Comissão Europeia e dos Estados ACP, signatários da Convenção de Lomé IV.

3. Objecto

Reabilitação da estrada NHACRA - JUGUDUL (28 Km).

4. Prazo de execução

Estimado em 12 meses, incluindo a estação das chuvas.

5. Administração responsável pela execução do contrato

Ministério do Equipamento Social através da Direcção Geral de Estradas e Pontes

6. Compra da Documentação

A documentação, feita em lingua francesa poderá ser adquirida na:

Direcção Geral de Estradas e Pontes
Ministério do Equipamento Social
BISSAU

contra pagamento de 1000 Fr Franceses ou equivalente em pesos Guineenses.

7. Consulta da documentação

a) Direcção-Geral de Estradas e Pontes
b) Delegação da CE - BP 359 - Bissau

8. Entrega das propostas

As propostas feitas em língua Francesa e em quatro exemplares (um original e três cópias marcadas como tal) deverão ser entregues contra recibo a: DIRECÇÃO GERAL DE ESTRADAS E PONTES - Secretaria da Direcção Geral de Estradas e Pontes.

O mais tardar até ao dia 21 de Fevereiro de 1996 às 10 horas, hora local.

9. Abertura das propostas

O acto público de abertura das propostas terá lugar no dia 21 de Fevereiro de 1996 às 11 horas, hora local, na sala de reuniões da Direcção Geral de Estradas e Pontes, no Ministério do Equipamento Social em Bissau.

10. Validade das Propostas

O prazo de validade das propostas é de 120 dias a contar da data limite fixada para a sua recepção e abertura.

NÔ PINTCHA

Av. do Brasil Apartado 54 — 1011 Bissau — Codex

Director Adjunto: Aniceto Alves

Redacção: Abduramane Djaló, Adulai Djaló, Aruna Jamanca, Carlos Casimiro, Cláudio Maurício, Djuldé Djaló, Fernando Saldanha, Meta Camará, Porfirio Mendonça, Quintino Cá e Simão Abina.
Composição / Maquetagem: Luís Ialá, Luís Sá, Mário Óscar e Paulo Sanca.

Paginação: Anselmo Matche e Fernando Ferreira. Revisão: Bacar Mané. Fotografia: Agostinho Pereira, Manuel da Costa, Mário Gomes e Pedro Fernandes. Secretaria de Redacção: Ângela Reis, Ivete Monteiro e Judite Vieira. Administração: Amâncio Tepam-É, Edmundo Piedade e N'Gona Mané.

Marketing & Publicidade: Arlinda da Silva e Gitéria Gomes.

FICHA TÉCNICA

Campanha de estudos e pesquisas de pescado

Dois centros de investigação pesqueira, nomeadamente CIPA e CNROG, concluíram de 6 à 23 de Outubro último estudos e pesquisas haliéuticas nas águas territoriais da Guiné-Bissau, tendo concluído que a biomassa anual é mais de 150 mil toneladas de pescados para o interesse comercial.

Luisa Ferreira, Director-Geral do Centro de Investigação Pesquisa Aplicada, CIPA, disse-nos que a solicitação da equipa técnica do "Centre National de Recherche des Océanes Gráfiq", CNROG, da República Islâmica de Mauritânia para a realização dos referidos estudos foi uma iniciativa do Ministério das Pescas guineense.

Luisa Ferreira adiantou que o facto precedente vem na sequência da assinatura do protocolo de geminação rubricado pelas duas partes, em 16 de janeiro de 1991 em Nouadibou, segunda capital da RIM.

A directora do CIPA, sublinhou, que a campanha tinha por objectivo proporcionar estudos de avaliação dos demersais costeiros e do camarão.

Admitiu igualmente a hipótese que um outro objectivo da realização desta pesquisa subscrevesse no quadro de intercâmbio de informações à nível da investigação de espécies de pescados e que tende a facilidade de cooperação existentes entre sul-sul.

Luisa Ferreira afirmou que os custos para a realização desta campanha foram

financiados pelo Governo da Guiné-Bissau através do fundo da investigação no valor de cerca de 39.950 mil dolares americanos.

Salientou-se ainda que os estudos foram caracterizados por um rendimento muito baixo e que colocaram os valores durante a ocorrência da campanha em 150 mil toneladas diferentes espécies de pescado para além do camarão que ronda em biomassa à volta de 1525 toneladas.

Por seu turno, Mohamed Yahaya Ould Cire, Consul-Geral de Mauritânia residente na Guiné-Bissau, afirmou-nos que esta campanha teve três principais objectivos que são conhecer as variedades de pescados da Guiné-Bissau, localização dos maiores centros ovários e a quantidade da biomassa.

Aquele diplomata mauritaniano disse que a participação dos técnicos mauritanianos nos referidos estudos não se baseiam em projecto de interesse comercial para a RIM.

Neste sentido afirmou que a cooperação existente entre os dois centros é meramente técnica e sustentou ainda que a Mauritânia não tem ainda um projecto a financiar no domínio das pescas na Guiné-Bissau.

Reafirmou igualmente que a realização da referida campanha foi uma iniciativa do Ministério das Pescas da Guiné-Bissau e que de uma maneira geral contempla os acordos de aplicação pesqueira no domínio técnico-cinético.

Aruna Jamanca

Carnaval - 96 em marcha

O Secretário de Estado da Juventude Cultura e Desportos presidiu no dia 10 do corrente mês a cerimónia de empossamento dos membros da Comissão Organizadora do Carnaval-96, composto por oito elementos integrados por diferentes sectores de actividades.

Na altura Paulo Silva disse ser necessário organizar a cultura guineense, sector que reflecte de uma forma geral toda a sociedade guineense, mas que infelizmente é o último a ser valorizado no contexto das prioridades do país.

"Toda a acção do homem começa com a cultura e termina na cultura", disse, para a seguir dizer que sendo este o sector mais importante do desenvolvimento de um país, deveria merecer mais atenção do Governo, mas visto que o tal não sucede "devemos ser todos nós a meter a mão a obra, e procurar alternativas que possa permitir o avanço do mesmo", tendo citado a ofensiva diplomática que tiveram que incetar nos últimos tempos, o qual permitiu o apoio de algumas instituições internacionais sediadas no país, tal é o caso da Delegação da Comissão Europeia na Guiné-Bissau.

Falando do Carnaval o Secretário de Estado da Juventude Cultura e Desporto disse que este joga um papel importante no meio da cultura guineense, que é da continuidade através das manifestações que vem sendo levado a cabo ao longo dos

tempos.

Tendo em conta ao valor desta manifestação cultural ímpar na nossa costa africana, aquele membro do Governo garantiu o apoio da sua instituição na materialização dos objectivos pretendidos, divulgação da cultura guineense, através de apoio em prémios para os participantes, cabendo somente a Comissão Organizadora o papel de preparar eficazmente a sua realização, bem como angariação de fundos para sua própria subsistência.

A possibilidade da instituição de um Comité Permanente dos Carnavais foi ventilado nesse acto, que contou para além do director da Cultura Félix Siga, o director dos desportos.

Para Félix Siga, a criação desta Comissão numa altura que parece cedo, é de tentar ao longo dos trabalhos corrigir algumas falhas verificadas com o Carnaval-95, embora em termos de organização este seja diferente dos anos transactos, uma vez que para além dos prémios para os vencedores desse ano, conseguiu pagar os prémios dos anos, transactos.

Ainda mais, com a instituição desta Comissão, conforme o director da Cultura, e trabalhando de uma forma eficaz, instituir-se a confiança nos grupos participantes do Carnaval-96.

De referir que a Comissão é presidida por Malam Djawara do Ministério do Comércio, vice-presidente, Mumine Seidi e Secretário,

Governador Eric Kwei visita rotarianos do país

Nino Vieira recebe medalha "Paul Harris"

Uma delegação do Rotary Internacional, chefiado pelo Governador do Distrito 9100, Eric Kwei, esteve no país de 24 à 27 de Novembro último, para uma visita de rotina aos rotarianos do referido Distrito.

Durante a sua estada, a delegação efectuou uma visita à Pediatria do Hospital Nacional "Simão Mendes", na companhia do director-geral daquele estabelecimento hospitalar, dr. Camilo Simões Pereira, que deu explicações detalhadas do funcionamento e dificuldades com que se depara essa unidade.

Igualmente, a delegação procedeu à entrega de um lote de materiais escolares, ao Ministério da Educação Nacional, na pessoa do seu ministro. O donativo do Rotary Club de Bissau, destinado as crianças mais carenciadas, compreende centenas de cadernos cujo o valor não foi revelado.

Participaram na cerimónia a directora-geral do Ensino, o inspector geral do MEN e dezenas de quadros daquele Ministério. Na ocasião, o titular da pasta, congratulou-se com o acto, que considerou



de profundo significado e explicitação do sentimento de solidariedade intrínseca à sociedade humana.

"O nosso mundo moderno seria mais belo, se esse sentimento solidário trespassasse com a mesma intensidade o coração e o cérebro dos homens em todas as latitudes geográficas".

"A entrega destes donativos pela Rotary Club de Bissau, deve ser entendida como gesto de solidariedade para com as nossas crianças, a camada que representa a esperança e o futuro do nosso país" disse.

Por seu turno, o director do Rotary Club de Bissau, Morais Santos, afirmou que o donativo não será o último

gesto do club que dirige para com o MEN.

"Pensamos discutir ainda no decorrer deste ano lectivo, com o Ministério da Educação, outras formas de colaboração nomeadamente, a recuperação de algumas escolas em termos de assistência material, de zonas ou bairros mais desfavorecidos".

Recorde-se que este é o terceiro donativo do Rotary Club de Bissau ao MEN. As duas primeiras foram feitas nos anos 93/94 e 94/95. Independentemente desta oferta, o RCB tem sido o principal financiador das vacinas que o MSP e UNICEF fizeram a campanha de vacinação com vista a erradicação da Poliomielite na Guiné-Bissau, um dos princípios do programa daquela organização.

De salientar que a delegação tomou parte numa Assembleia do RCB, no Hotti Bissau Hotel, onde foi proferida uma palestra subordinada ao tema: "A Rotary - A Saúde e a Paz Mundial".

Para culminar a visita, já no último dia, o Governador Eric Kwei, atribuiu a medalha "Paul Harris", o mais alto distintivo daquela organização,

ao Presidente da República, João Bernardo Vieira, Sócio Honorário do Rotary Club de Bissau.

ROTARY GÉNESE E RAZÃO

A fundação Rotária estabelecida em 1917, e que despende cerca de 26 milhões de dólares anuais em seus programas com a finalidade de promover a compreensão mundial, concede mais de 1.400 bolsas educacionais e patrocina equipas de intercâmbio internacional das quais participam cerca de 1.300 executivos e profissionais por ano.

Rotary, é uma organização de líderes de negócios e profissionais, unidos no mundo inteiro, que prestam serviços humanitários, fomentam um elevado padrão de ética em todas as profissões e ajudam a estabelecer a boa vontade e a paz no mundo. Mais de um milhão de líderes dedicados à prestação de serviços pertencem a mais de 23.000 Rotarys Clubs em 161 países.

Agostinho Pereira Gomes (Apego)

Os trabalhos da primeira Assembleia constituinte do Comité Nacional de Luta contra as Práticas Nefestas à Saúde da Mulher e da Criança que vinha decorrendo de 23-24 de Novembro terminou com recomendações.

A conferência teve como pano de fundo informar a sociedade guineense das consequências da excisão feminina na saúde da mulher e da criança e para buscar soluções viáveis para a sua erradicação total porque é uma violação flagrantes dos seus direitos.

O referido encontro que durou dois dias, congregou cerca de 150 participantes vindos de diferentes cantos do país, envolveu também as instituições públicas, privadas, ONG's, Organismos internacionais, organizações de base e instituições religiosas.

Após a discussão dos temas apresentados, os conferencistas concluíram que tal prática causa graves consequências à saúde da mulher e da criança e recomendaram o seguinte: Que os órgãos da soberania nacional devem intervir para a erradicação da excisão feminina desde que esta não se encontra inscrita no sagrado livro de Corão. Recomendaram ainda que seja revisto o código penal sobre estas práticas, e que se desencadeie campanhas de sensibilização às populações, envolvendo representantes da comunidade islâmica.

Os conferencistas recomenda-

Criado comité nacional de luta contra prática de excisão feminina



ram ainda a realização de um seminário especialmente para os padres muçulmanos, uma vez que se verifica mais práticas da excisão no seio desta comunidade.

O acto inaugural deste evento foi presidido pela esposa do Presidente da ANP, Mariama Bacai Sanhá em representação da primeira dama do país.

Mariama bacai Sanhá realçou na ocasião a necessidade de um maior empenho de todos na luta contra a excisão feminina que tenta contra a sua saúde.

A secção de encerramento foi presidida pela ministra da Saúde Pública, Eugénia Saldanha que na ocasião agradeceu aos conferencistas pela empenho que demonstraram durante os trabalhos.

A titular da pasta de Saúde falou da grave consequência desta tradição na Saúde dos que são submetidas o seu reflexo na futura criança que nasce dum mulehr excisada.

A ministra da Saúde disse por outro lado que a referida tradição conduz o desenvolvimento de cer-

tas doenças transmissíveis através de sangue, neste caso o SIDA. Isto porque, os materiais usados para o efeito, não são desinfectados. A ministra Saldanha disse ter certeza que os participantes do encontro poderão servir de portadores de mensagens á sociedade e em particular as suas famílias em casa sobre o que tiveram oportunidade de ouvir e aprender neste encontro.

Por seu lado, a ministra dos Assuntos Sociais e Promoção Feminina disse que a excisão feminina vai para além da cultura, acrescentando que em relação aos países vizinhos na Guiné-Bissau este facto ganha cada vez mais dimensões consideráveis.

Nharabate Intchassó referiu no seu discurso que na conferência internacional da mulher realizada em Beijin na China, este facto constituiu um ponto quente nas discussões daquele encontro e foi uma das conclusões saídas da conferência.

Refere-se que a Assembleia é constituída por um Conselho Executivo, Fiscal e Consultivo e a Sede nacional está sob controlo do Ministro da Promoção feminina.

Esta conferência foi organizada pelo Ministério dos Assuntos Sociais e Promoção Feminina e financiada pelo FNUAP e Radda Barnen

Djuldé Djaldé

Está fora de qualquer dúvida a existência, no seio da oposição, de políticos com postura, cujo altruísmos se reflectiu e se reflete no respeito pelo veredicto popular que atribuiu ao PAIGC a legitimidade do poder. Atitude que reforçou a imagem do nosso país no plano internacional.

Porém, a democracia é um processo e não algo que se cria de um dia para o outro. O papel dos partidos da oposição e o do governo no processo de edificação da democracia não termina com a contagem dos votos. Nesse contexto esse último não só tem provado conhecer o seu papel de executivo como também demonstrou possuir vontade e capacidade de conviver democraticamente com os partidos da oposição. No entanto, nem sempre se poderá dizer o mesmo ao referir-se a alguns políticos da oposição. Parece ser dever útil para esses uma definição da função de oposição num Estado de democracia parlamentar. Talvez daí venha uma contribuição para a diminuição de um certo analfabetismo político que poderá pôr em causa o processo democrático no nosso país. Um mínimo de conhecimento sobre a função da oposição, dos sindicatos, do Governo, a dos mass-media, a da relação entre estabilidade política e investimento estrangeiro, assim como a importância

dos debates parlamentares, podem ser alguns dos temas para começar. Um facto adicional, de não menos importância, deve ser a necessidade de tais líderes da oposição exigirem de si mesmos a aquisição da cultura e ética política. É facto indubitável a importância da existência de respeito mútuo entre as diferentes correntes políticas no país como factor de estabilidade política.

Uma das pré-condições para o sucesso do processo democrático do nosso país deve ser a existência de uma vontade política ad-hoc. A existência dessa dependerá, por sua vez, da de uma mentalidade democrática no seio da sua elite política. Um político democrata deve ser consequente na defesa dos princípios democráticos. Nesse contexto deve-se perguntar se pode um dirigente partidário ser chamado democrata, quando o mesmo recusa a maioria dos membros do seu partido o direito a um congresso, facto que conduziu ao desmembramento do mesmo partido. Como será possível compreender que um líder da oposição, não conseguindo fazer prevalecer as suas ideias num parlamento democrático, resolve não respeitar o conceito da maioria?

Perdeu o tal senhor fé no local do "culto" que tanto predicava como sendo o espaço para debate de ideias? A atitude de

Pela supremacia da razão sobre a ignorância política

exortar à "revolta activa contra o Governo" só revela o carácter ditatorial desse político desfarsado em democrata? Outra questão importante

é saber se o mesmo senhor não necessita de Dicionário de termos políticos à fim de entender que contrariamente dos conceitos da manifestação, demonstração, protesto, o termo revolta é impróprio como método num Estado democrático. Incitar à prática de "Revolta activa" é não somente não acreditar na democracia parlamentar como uma forma correcta de gestão política num Estado democrático, como também é apelar à violência. Julgo ser momento de exigir das personalidades políticas que aspiram liderar o nosso povo eficiência na cirurgia das palavras. E para tal nem é necessário ser-se médico. Na política quem

tiver coração quente bate com a cabeça na parede.

Estou de acordo com os que defendem de que pertencer a oposição ou ao partido do governo, é um acto de dignidade no sistema de representação parlamentar. Sou, de igual modo, tributário da ideia de que pertencer a oposição num governo de partido-único não é nem deve ser o mesmo que o sê-lo num Estado de democracia parlamentar. Pois, porque se no primeiro caso, o situar-se na oposição é declarar-se inimigo do partido no governo, no segundo, e espero que os "lúcidos" da oposição o compreendam, é ter o direito e o dever de tomar parte no processo legislativo do país, em conformidade com as regras de jogo democraticamente pre-estabelecidas.

Outra questão é a da utilização, por parte de cer-

tas personalidades da oposição, de claque como linguagem política. Claquear é algo natural em certas actividades desportivas. Mas, claquear ou tornar-se homem do circo na política quando se é líder de um partido, é ser-se vulgar como político. Do mesmo modo, tirar dividendo da Sofística pode ser bom se a intenção do utente for a aquisição da arte de falar. Mas, tornar-se sofista é converter a linguagem num instrumento de manipulação, num meio eficaz, mas desonesto de tentar atingir um objectivo.

Como será possível compreender que personalidades políticas que se reclamam terem contribuído para a implantação da democracia parlamentar, deixam pontapés na ética política própria de um Estado democrático? Ou ainda, como podem ser alguns líderes da oposição éticamente tão pueris ao ponto de entenderem por linguagem política, insultos e comportamentos que, mesmo fora da esfera do política, são tradicionalmente considerados, pelo nosso povo como sinal de má educação?

É lamentável o facto de a oposição se ter apresentado na rua com o título *A Marcha da Fome*. A impressão que se tem ao ouvir ou ao ler esse título é de que os guineenses estão a ser dizimados pela fome. Julgo ser momento para os "tumultuosos" da oposição

serem políticos com os pés no chão. Não se deve ignorar o facto de o nosso Estado ser pobre e sem muitos recursos. Uma compreensão desse facto deveria conduzir á sensatez de, em vez de exigir milagres, ou de dificultar as tarefas do executivo apresentar sugestões concretas no parlamento (*Tempu di kampaña eleitoral ka ciga yinda! Na tempu ky ta kuri antur dus eleison i parlamentu ky bantabá*). Não obstante as dificuldades que se lhe depara, o governo está a realizar o cumprimento do seu programa nos diferentes sectores da vida sócio-económica do país. Mas, como se costuma dizer, é mais fácil formular críticas destrutivas do que construtivas. O realismo na política é importante.

Finalmente, mais do que tentar propôr uma limitação da liberdade de expressão como facto democrático, a intenção desse artigo é apelar para o respeito pelos princípios democráticos. Uma democracia com respeito pelos princípios democráticos é uma democracia organizada. Mas, uma democracia sem respeito pelos princípios democráticos corre o risco de se transformar numa anarquia.

Pela supremacia da razão sobre a ignorância política!

Adul Carimo Só

CERTIFICO, para efeitos de publicação, que por escritura de vinte dois de Novembro de mil novecentos noventa e cinco, lavrada fora do cartório e exarado de filhas dezasseis a dezoito verso, no livro de notas para escrituras diversas número cento e trinta e nove, os senhores ADOLFO GOMES SÁ, solteiro, residente em Gabú e INÁCIO GOMES FERREIRA, solteiro, residente em Bissau; constituem entre si uma sociedade por quotas de responsabilidade limitadas que se regerá nos termos constantes dos artigos seguintes:

ARTIGO UM: A sociedade adopta a denominação de "AGROCUNSLT LDA", com sede provisório em Gabú e durará por tempo indeterminado a partir desta data e a gerência poderá deslocar a sede a qualquer parte dentro do território nacional e ainda

poderá abrir e ou encerrar agências, sucursais, filiais e ou quaisquer outras formas de representações dentro e ou fora do território nacional.

ARTIGO DOIS: A sociedade poderá adquirir e ou alienar participações ou quotas em sociedades com objecto igual ou diferente do seu, em sociedades reguladas por leis especiais, em sociedades por quotas de responsabilidade limitada, bem como associar-se com outras pessoas jurídicas singulares ou colectivas para nomeadamente, constituir agrupamentos complementares de empresas, novas sociedades, consórcios e associações em participação.

ARTIGO TRÊS: A sociedade tem por objectivo a consultoria nas áreas de agropecuária, nomeadamente, nos aspectos de prestações de serviços na identificação e elaboração

CERTIDÃO

de projectos seguimentos e formação de pessoal, representação, agricultura, apicultura, pecuária (veterinária), comércio em geral por grosso e a retalho, importação e exportação.

ARTIGO QUATRO: O capital social devidamente subscrito e realizado em dinheiro é de 10.000.000,00 P.G. (Dez milhões de pesos guineenses) e divide-se em duas quotas iguais sendo uma para cada um dos sócios respectivamente Inácio Gomes Ferreira e Adolfo Gomes Sá.

ARTIGO CINCO: A divisão e cessão de quotas no todo ou em parte é livre entre os sócios ou entre estes e seus descendentes ou ascendentes ou cônjuges, mas quando feita a terceiros fica dependente do consentimento da socie-

dade que se reserva o direito de preferência seguida pelos sócios e depois a terceiros.

ARTIGO SEIS: A sociedade poderá amortizar a quota de qualquer sócio nos termos e nas condições previstas na lei das sociedades por quotas no código comercial e nas demais legislações relativas e aplicáveis ao caso.

ARTIGO SETE: A gestão e administração da sociedade em todos os seus actos e contratos, dentro e fora dele, activa e passivamente, compete a ambos os sócios, que desde já são nomeados gerentes e administradores, obrigando-se esta a intervenção e assinatura de qualquer deles ou a de seus procuradores devidamente mandatado.

ARTIGO OITO: Por morte, interdição ou inabi-

litação de qualquer sócio, a sociedade não se dissolve continuando com o representante legal do interdito ou inabilitado e os herdeiros do falecido que nomearão um de entre si que a todos represente na sociedade.

ARTIGO NOVE: Os lucros líquidos apurados em cada exercício depois de deduzidos a percentagem líquida destinada a constituição dos fundos de reservas legais e demais fundos serão distribuídos pelos sócios na proporção das suas quotas se não houver deliberação em contrário.

ARTIGO DEZ: O ano social coincide com o ano civil e as contas e resultados serão apresentados anualmente para todos os efeitos e consequências legais.

ARTIGO ONZE: As Assembleias Gerais serão convocadas por carta regis-

tada com aviso de recepção e dirigidas aos sócios com antecedência mínima de 15 dias e esta será substituída pela intervenção e assinatura destes na referida convocatória para todos os efeitos e consequências legais se não houver legislação que vise o contrário.

ARTIGO DOZE: No omissio, regularão as disposições legais aplicáveis, as normas gerais de direito e as deliberações dos sócios tomada em devida forma em Assembleia Geral.

Está Conforme

Ressalvo as emendas no que diz: "adopta", sociedades", demais", convocatória", legais", AGROCUNSLT"

Cartório Notarial em Bissau, 23 de Novembro de 1995.

A Ajudante,

Resoluções da ANP da I Sessão Ordinária do Ano Legislativo 1995 / 1996 da V Legislatura

Tendo subido à Mesa da Assembleia Nacional Popular um requerimento - protesto subscrito pelo Partido Resistência da Guiné-Bissau - Movimento Bafatá, RGB-MB, invocando a perda do mandato do Deputado Sr. José Fernandes, eleito pelo Círculo número 27 da lista dessa formação política, pela sua inscrição no recém-legalizado Partido Social Democrata (PSD).

Em observância ao disposto nos artº 8º nº1 g) da lei 9/94 (Estatuto dos Deputados), e artº 13 nº2 e 82º b) ambos lei 7/94 (Regimento da Assembleia Nacional Popular) de 5 de Dezembro, e atento ao resultado favorável da votação secreta.

A Assembleia Nacional Popular decreta perda de mandato de Deputado Dr. José Gaspar Fernandes.

Aprovado em Bissau, aos vinte e um dias do mês de Novembro de 1995.

PROJECTO DE RESOLUÇÃO Nº2/95

A Guiné-Bissau encontra-se empenhada, desde alguns anos, no processo de liberalização económica.

Este processo tem provocado mudanças profundas no tecido sócio-económico do país.

Não obstante os resultados positivos decorrentes dessas mudanças, passos ainda restam a ser dados com vista à consecução do objectivo cimeiro a que as nossas populações aspiram: a melhoria das condições de vida. Dai, o concurso de todos individual e colectivamente, torna-se indispensável na procura de vias e meios que permitem atingir esse objectivo.

É neste contexto que a Assembleia Nacional Popular através da sua Resolução Nº 4/PL, de 10 de Julho do corrente ano, incumbiu a sua Comissão Permanente Especializada para os Assuntos Financeiros, Plano, Comércio e Indústria para proceder ao estudo versando sobre a melhoria de salários da Função Pública e a redução do preço do arroz importado.

Após a apresentação e discussão do referido estudo pela Plenária e considerando a oportunidade do mesmo bem como a pertinência dos elementos nele consubstanciados, a Assembleia Nacional Popular decide:

Adoptar o estudo como documento de trabalho e de consulta da ANP.

Aprovado em Bissau, aos vinte e três de Novembro de 1995.

PROJECTO DE RESOLUÇÃO Nº 3/95

Considerando as exigências cada vez maiores da ANP decorrentes das múltiplas tarefas que lhe são cometidas no quadro das

suas competências legais;

Considerando a necessidade de se dotar a ANP de estruturas e meios que lhe permitam garantir o seu funcionamento normal e eficiente;

Considerando os compromissos assumidos pelo Governo -a-avisado ANP em termos económicos de 1996; da fixação do texto Orçamental da ANP para o exercício do ano económico .

Tendo em conta o impacto orçamental da desvalorização da moeda nacional e da elevada taxa de inflação;

Considerando ainda o disposto no Artigo 146º, ponto 2, do regimento da ANP,

A Assembleia Nacional Popular decide aprovar o orçamento da ANP para 1996, no montante de 32 mil milhões de pesos guineense.

RESOLUÇÕES Nº 4 /95

A Assembleia Nacional Popular vota, nos termos dos Artigos 85, alínea h da Constituição da República a seguinte resolução:

Aprovar o Protocolo de Acordo relativo a organização e ao funcionamento da agência de gestão e de cooperação entre a República do Senegal e a República da Guiné-Bissau, instituído pelo acordo de 14 de Outubro de 1993.

Aprovado em Bissau, aos sete dias do mês de Dezembro de mil novecentos e noventa e cinco.

RESOLUÇÃO Nº 5 /95

A Assembleia Popular vota, nos termos do Artigos 85º, alínea h da Constituição da República, a seguinte resolução.

- Aprovar:

a) Convenção relativa à determinação das condições de acesso e de exploração dos recursos haliêuticos ao largo das costas dos Estados membros da Comissão Sub Regional das Pescas;

b) Convenção visando a criação de uma Comissão Sub Regional das Pescas;

c) Convenção sobre a Cooperação Sub Regional na prática do Direito de Perseguição Marí-

tima;

d) Aderida a convenção de 29 de Março de 1985 visando a criação da Comissão Sub Regional das Pescas.

Aprovado em Bissau, aos onze dias do mês de Dezembro de mil novecentos e noventa e cinco.

RESOLUÇÃO Nº 6 /95

A Plenária da Assembleia Nacional Popular, no uso dos poderes regimentares, aprovou a proposta de Ordem do Dia da 1ª Sessão que lhe fora submetida pela Mesa, no passado dia 21 de Novembro de 1995.

Porém, por razões de inoportunidade e de ausência de certos documentos e a necessidade de se aprofundar alguns aspectos das matérias a seguir indicadas, a Assembleia Nacional Popular decide:

Apresentar discutir e votar na sua próxima reunião ordinária:

1- Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito relativamente ao caso de Licença Eventual de Pesca.

2 - Revisão do Regimento da Assembleia Nacional Popular.

3 - Sistema remuneratório dos Titulares de cargos Políticos e as respectivas subvenções mensais vitalícias.

4 - Projecto de Lei sobre a declaração de bens e rendimentos dos Titulares de Cargos Políticos.

5 - Eleições dos membros da Inspeção Superior Contra a Corrupção.

II.

1- A Assembleia Nacional Popular decidiu também, discutir e votar, na sessão extraordinária a realizar em Janeiro de 1996, a proposta de Lei do Orçamento Geral do Estado, bem como o Plano Anual de Desenvolvimento.

PODER LOCAL

PREÂMBULO

A descentralização administrativa dos Órgãos do Poder Político constitui pressuposto fundamental para uma democratização e participação directa da população no processo de

desenvolvimento económico dum Estado. Sendo certa essa premissa, não menos certa é a existência das Autarquias no seu seio, espaços privilegiados para que as comunidades locais possam gerir os seus próprios interesses, sem subtrair a estrutura unitária do Estado e a necessária correcção de desigualdades entre as autarquias.

Esse desiderato só é efectivo com a Revisão Parcial da Constituição da República, promulgada a 16 de Maio do ano de 1984 na parte consagrada ao Poder Local, dando-lhe novo espírito que compadeça com a nova dinâmica do processo de desenvolvimento em curso.

Assim, a Assembleia Nacional Popular, imbuída desse espírito, Decreta, nos termos dos Artº 127º e 128º da Constituição da República, o seguinte:

Artº 1º - É revogado o Cap. VI da Constituição da República, Artº 105º a 118º.

Artº 2º - Os artigos ora revogados passam a ter a seguinte redacção:

Artº 1º

1 - A organização do Poder Político do Estado compreende a existência das Autarquias Locais que gozam de autonomia administrativa e financeira.

2 - As Autarquias Locais são pessoas colectivas territoriais, dotadas de órgãos representativos, que visam a prossecução de interesses próprios das comunidades locais, não se subtraindo à estrutura unitária do Estado.

3 - As Autarquias Locais são os Municípios, Secções autárquicas e Juntas Locais.

Nos Sectores funcionarão os Municípios, nas Secções administrativas funcionarão as Secções autárquicas e nas Juntas Locais funcionarão as Juntas de moradores.

Artº 2º

1 - Para efeitos Político-Administrativos, o território nacional divide-se em Regiões, Subdividindo-se estas em Sectores e Secções, podendo a Lei estabelecer outras formas de subdivisões nas comunidades cuja especificidade a isso requer.

2 - A organização e funcio-

namento das Regiões administrativas serão definidos por Lei.

3 - Nas grandes áreas urbanas e nas ilhas, a lei poderá estabelecer, de acordo com as condições específicas, outras formas de organização territorial autárquica, bem como outras subdivisões administrativas autónomas.

Artº 3º

1 - Os representantes máximos do Governo nas Regiões serão designados por Governadores de Região de nos Sectores por Administradores de Sector.

2 - A nomeação e exoneração dos Governadores de Região são da competência do Governo sob proposta do Ministro da tutela.

3 - O provimento do cargo de Administrador de Sector obdecerá os requisitos constantes da respectiva Lei-Quadro.

Artº 4º

As atribuições e a organização das Autarquias Locais, bem como a competência dos seus Órgãos, serão regulados por lei, de harmonia com o princípio da autonomia do Poder Local.

Artº 5º

1 - As Autarquias locais têm património e finanças próprias.

2 - O regime das finanças locais a estabelecer por lei deverá visar a justa representação dos recursos públicos pelo Estado e pelas autarquias locais e a necessária correcção de desigualdades entre as autarquias.

3 - São receitas próprias das Autarquias locais as provenientes da gestão do seu património e as cobranças pela utilização dos seus serviços.

Artº 6º

1 - A organização das autarquias locais compreende uma Assembleia dotada de poderes deliberativos, eleita por sufrágio universal, directo e secreto do cidadão residente, segundo o sistema de representação proporcional, e um órgão colegial executivo perante ele responsável.

2 - Os órgãos das autarquias locais podem efectuar consultas directas aos cidadãos eleitores

recenseados na respectiva área, por voto secreto, sobre matérias de sua competência exclusiva, nos casos, termos e com a eficiência que a lei estabelecer.

Artº 7º

1 - Nos limites da Constituição e das leis, as autarquias locais dispõem de poder regulamentar próprio.

2 - A tutela administrativa sobre as autarquias locais consiste na verificação do cumprimento das leis por parte dos Órgãos Autárquicos e é exercida nos casos e segundo as formas previstas na lei.

Artº 8º

1 - Os órgãos representativos das autarquias locais são:

a) Nos Municípios, a Assembleia Municipal e a Câmara Municipal.

b) Nas Secções autárquicas, a Assembleia de Secção e a Comissão de Secção.

c) Nas Juntas Locais, a Assembleia dos moradores e a Comissão directiva dos moradores.

2 - Os Administradores de Sectores terão assento nesse Órgão, mas sem direito a voto.

3 - A Câmara Municipal é o Órgão executivo do Município eleito pelos cidadãos eleitores residentes na sua área tendo por presidente o primeiro candidato da lista mais votada.

Artº 9º

1 - A Lei eleitoral determinará a forma da elegibilidade dos titulares dos órgãos das Autarquias Locais, sua composição, bem como o funcionamento, a duração do mandato e a forma dos seus actos.

2 - Compete à Assembleia Nacional Popular, ouvido o Governo, dissolver órgãos das autarquias locais em casos de prática de actos ou omissões contrárias à lei.

Artº 10

A criação ou a extinção das Autarquias Locais, bem como a alteração da respectiva área compete à Assembleia Nacional Popular, podendo ser precedida de consultas aos órgãos das autarquias abrangidas.

Artº 11º

As Autarquias Locais participam, por direito próprio e nos termos definidos pela lei nas receitas provenientes dos impostos directos.

O presente Diploma entra em vigor na data da sua publicação.

* Não é versão oficial

Texto: *Simão Abina* - Fotos: *Arquivo*

NP- Recentemente o Sr. celebrou quarenta anos de existência da sua empresa. Podia falar-nos um pouco do começo das suas actividades comerciais, onde e quando?

CG- Quero começar por agradecer ao Jornal "Nô Pintcha" pela entrevista, a primeira que concedo depois das eleições multipartidárias no país.

Iniciei as minhas actividades como empregado comercial numa empresa estrangeira a "SCOA" em Bissau em 1946, tendo sido transferido para Bolama onde permaneci durante quatro anos como auxiliar de balcão.

Em Dezembro de 1949 fui chamado para exercer em Bissau o cargo do chamado "Boutique nº2" da mesma empresa. Face ao dinamismo e o entusiasmo de sempre ao balcão, em Março de 1950 fui convidado para regressar a Bolama a pedido dos clientes que tinham por mim uma grande admiração, o declinei, por ser na altura muito novo e ter constatado o perigo da mocidade passado nessa terra, o que não aconselhava um regresso num curto espaço de tempo de intervalo.

Em Março de 1951 voltei a ser convidado e já com uma decisão tomada para regressar a Bolama como chefe de operação, na altura considerada uma das mais importantes. Tive que aceitar e dirigi com sucesso o novo cargo e em Setembro de 1955 decidi estabelecer-me porque as empresas estrangeiras devido aos ventos políticos das independências estavam a encontrar dificuldades junto das autoridades portuguesas.

Foi difícil o princípio da actividade empresarial, os meios de transportes eram as bicicletas, e só mais tarde começaram a chegar as primeiras motorizadas dos quais há a destacar as marcas "NSU", "ZUNDAP", "BSA", sendo esta última a minha primeira motorizada. Mais tarde compreí um camião marca "Chevrolet" e ainda mais adiante um outro "Austin".

Foi assim o começo duro e sob pressão, o que me levou em 1960 a viajar para Portugal afim de discutir com a administração da Sociedade Comercial Ultramarina (SCU), o qual declarei as minhas posições, como sendo um empregado sem vencimento, devido as condições de margem de lucro que nos eram concedidas.

Como na altura declararam que não podiam atender as minhas reivindicações, resolvi mudar para Bissau em Dezembro do mesmo ano.

Em Bissau estabeleci onde actualmente funciona a casa "Amaro" o que foi um sucesso, e em 1964 iniciei a construção de um armazém na Avenida Domingos Ramos na altura "Carvalho Viegas" onde nos encontramos até então.

Em 1967, fui preso pela PIDE-DGS que já andava no meu encaço desde 1959 quando era vereador da Câmara Municipal de Bolama, o resto é muito longo para ser descrito nesta entrevista.

JNP- Pode-se dizer que o

Sr. é um homem bem sucedido ?

CG- Acho que posso considerar-me um homem bem sucedido. Olhando os inumeros companheiros que ficaram pelo caminho, Gregório Porfírio da Costa, Amante da Rosa e muitos outros...

JNP- Que diferença existe entre o comércio da época colonial e após independência?

CG- A diferença está na organização que existia. Havia uma Associação Comercial e o Governo da era colonial tinha respeito pela sua importância. O

Presidente da Associação Comercial tinha acento no Conselho do Governo, numa palavra a Associação Comercial era o amparo do Governo num mundo desconhecido por ele.

JNP- Existe uma Câmara de Comércio, qual é a diferença entre esta organização e a Associação Comercial?

CG- Sou presidente da Assembleia-Geral da Câmara do Comércio, e posso afirmar que a diferença está na organização dos dois órgãos. A Associação Comercial detinha uma organização de mais de 50 anos e a Câmara do Comércio nasceu sob o signo errado de destruir a primeira afim de poder existir, daí a diferença como o dia e a noite.

JNP- Sabe-se que o Sr. Carlos Gomes foi várias vezes convidado para chefiar um gabinete ou melhor, para Ministro do Comércio, mas sempre tem recusado, porque?

CG- Acho, segundo informações que mais tarde me chegaram, que era a estratégia do PAIGC antes de entrar na zona zero como Bissau era considerado. Acho uma ligação com esta informação do acolhimento que tive quando levei uma delegação a Gabú com a intenção de ir assistir o primeiro aniversário da independência do país realizado em Boé.

A ordem do partido conduzi uma delegação de 14 pessoas e encontramos o comandante Honório Chantre que nos disse ser necessário ordens da direcção do partido para a nossa entrada em Boé.

Aguardamos até o dia seguinte e a ordem recebida dizia que só podia ser eu e mais uma outra pessoa da Associação. Então escolhi o português António Esteves e fomos muitos bem recebidos, com lugares reservados na tribuna de honra dos diplomatas.

O Sr. Armando Ramos então Comissário do Comércio, foi encarregado de nos receber e conduzir no mesmo dia. A nossa chegada o Sr. Arestides Pereira, ex-Presidente da República de Cabo-Verde e então Secretário-Geral do PAIGC, recebeu-me em audiência na presença de todos os dirigentes. Foi pena não me dizerem o que esperavam de mim. Acho que o Sr. Armando Ramos foi encarregado de me dizer qualquer coisa, só que o recado não chegou.

A sua chegada a Bissau fui eu que o recebi na companhia do Dr. Vasco Cabral, dei total colaboração até na procura do local onde ficou instalada o Ministério do Comércio.

Depois disse-me que necessitava de um elemento experiente para seu assessor e na boa fé conduzi-o a falar com o Sr. Anselmo Mariano até o convencer a deixar as Alfândegas para aceitar o lugar no Ministério do Comércio. A partir daí as guerras começaram e que viriam a conduzir-me a prisão sem nunca me ter dito que visava a minha pessoa como seu assessor.

Histórias só mais tarde me chegaram, na grande crise económica e directamente dos Armazéns do Povo, então resolveu pedir a minha colaboração.

Estava a estudar na ocasião na Escola de Direito. Aceitei, mas só podia dar a colaboração de uma ou duas horas por dia.

O oferecimento não resultou porque, entretanto fui corrido da Escola de Direito, e então resolvi não colaborar.

Objectivamente como ficou dito atrás, nunca me convidaram para tal cargo. Só têm feito fazer-me subentender as intenções, com as palavras "você é que nos podia ajudar aceitando o cargo".

Como tenho ultimamente ouvido de várias personalidades, já na era do Presidente Luís Cabral, também assim aconteceu concretamente com o falecido Coronel Paulo Correia e várias outras personalidades a mando do então ministro Sem Pasta José Araújo, a pedir-me para colaborar mas nunca concretizando o cargo que pretendiam.

Mas com o ambiente que reinava respondi objectivamente que não aceitava.

JNP- Se tivesse resolvido algum dia em aceitar, qual seria a sua política nessa área?

CG- A dificuldade em aceitar, está precisamente na impossibilidade de utilizar a minha política e óptica do que penso da acção do Ministro do Comércio, que penso tem que dar uma atenção particular em melhorar o nível e a capacidade de acção dos empresários nacionais.

Exercer uma política de defesa constante e firme no interesse da comercialização dos produtos que constituem a base da riqueza do nosso país e o seu escoamento em normas mais favoráveis no que concerne a procura de preços mais vantajosos e permitir os operadores económicos condições mais estáveis de defesa dos seus interesses em diálogo constante evitando as fugas que se verificam por falta de confiança no Governo.

Exercer um equilíbrio rigoroso do que deve ser importado e favorecer todo que se pode produzir no país, evitando a sua importação, exemplo: batata, cebolas, produtos com base em milho entre outros.

Não sou contrário a integração sub-regional, mas tinha que ter muita atenção no que pode entrar e quando deve entrar para o país em matéria de comercialização e ser rigoroso na política dos direitos fiscais, embora não seja directamente responsável pelo fisco, mas entendo que a colaboração deve ser mais estreita para permitir a repartição da carga fiscal sobre os operadores económicos nacionais, em favor dos estrangeiros, sendo a maior parte entre os operadores clandestinos.

Carlos Domingos Gomes

Não sou mal-ama

Num gabinete entulhado de um conjunto de pastas, maços de documentos Carlos Domingos Gomes (CG) para muitos, um homem já nos seus cento e tantos anos empresário bem sucedido. um político polémico um detentor de invejáveis

É este homem que o Jornal "Nô Pintcha" (JNP) teve privilégio de entrevistar e nos diz após as primeiras eleições multipartidárias do país na que Nesta nossa entrevista, abordamos vários aspectos da sua vida, desde o seu começo como empresário bem sucedido, após o 14 de Novembro, em 1989, de novo preso, passando pelo emprateamento de produtos, e ainda de um homem frontal e aberto nas abordagens dos produtos, a diferença entre a actual actividade comercial com o da era colonial e a um mérito e direito de um dos militantes mais antigos deste partido, assim como a sua

Mas a minha razão agora é a idade que só me permite aconselhar.

JNP- O Sr. é o comerciante que em momentos de crise vende os seus produtos a um preço mais baixo. Porquê?

CG- É compreensível esta minha atitude porque desde o início da minha actividade comercial procurei ser sempre justo. Sou um nacional e procuro na medida do possível mitigar, e aliviar a carga sobre os necessitados.

JNP- Essa sua prática não lhe tem causado prejuízos?

CG- Algumas vezes. Por exemplo este ano com o arroz quando fomos solicitados e cedemos vender o arroz a 425 em vez de 500.000,00PG a que já estávamos a ser comercializar tendo em conta a oscilação cambial.

JNP- Acha que este Governo tem sido dialogante com os operadores económicos?

CG- Acho que sim. Pelo menos faço parte de uma Comissão da Câmara do Comércio que está discutindo com os ministros da área económica a busca de várias soluções para depois reencontrar com o Sr. Primeiro-Ministro. Acho que tudo vai bem e que está num bom caminho, sem descurar a acentuada crise que dificulta os resultados.

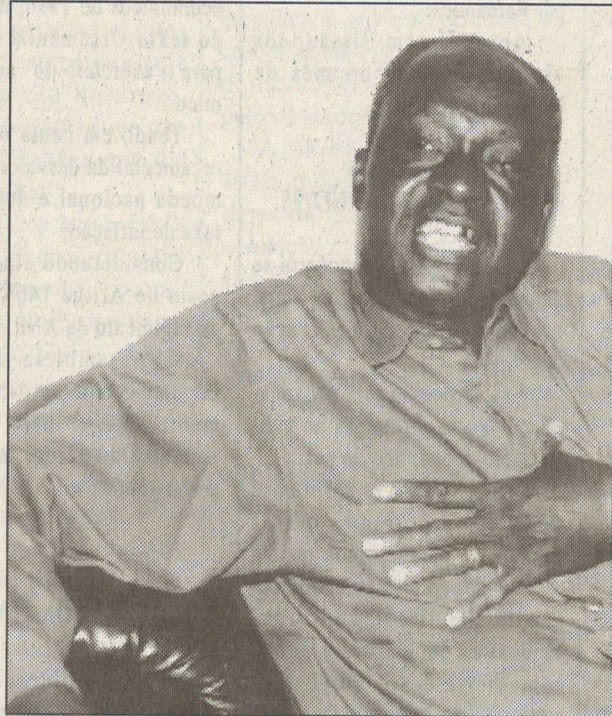
A ACENTUADA CRISE QUE O PAÍS ATRAVESSA DIFICULTA OS RESULTADOS DE UMA REVISTA POLÍTICA COMERCIAL GUINEENSE.

JNP- Houve abertura económica nos meados da década 80 e que culminou com o comércio "selvagem" e de concorrência desleal. O Sr. esperava e estava preparado para tal situação? Porquê?

CG- De certeza a ambição desmedida que culminou com a invasão da área dos operadores económicos sem discriminação das funções dos que agora exercem o comércio, não poderia ser esperado por ninguém.

Em termos de prejuízo das receitas do Governo o descontentamento é tão grande, que não se vê ninguém disposto a disciplinar a área do sector privado, dado as dificuldades da estabilidade com que vai deparar.

Enfim, no mundo de todos e



► **Carlos Gomes. Nem os prejuízos abusivos nem a manutenção do distintivo para que sempre**

de ninguém, onde se tem que se pensar duas vezes antes de se importar mercadorias, porque uns respeitam a regra do jogo e pagam os direitos e outros nem falar-lhes nisso, então fuga pelas fronteiras não tem barreiras.

JNP- A iniciativa privada é a pedra basilar para o desenvolvimento de um país. Acha que o Estado está a dar a devida atenção as vossas demandas?

CG- Depois do que ficou dito, bem se vê que não, porque os Governos precisam de serem apoiados, para saberem com encerrar e incentivar o sector privado, salvo raras excepções na vida dos Governos. O nosso agora está ensaindo os primeiros passos, dialogando, o que não acontecia antes.

Mas é indispensável disciplinar a prática do comércio no país e travar o contrabando das fronteiras, permitindo melhor política fiscal para todos poderem ganhar, o Governo, o sector privado e até os que se entregam a prática dos lucros fáceis, fugindo aos direitos fiscais.

JNP- O Sr. é um dos poucos empresários do país que não tem dívidas e nem recorre aos créditos bancários. Porquê?

CG- Só se esqueceu de dizer dos empresários mais sacrificados do país. Eu lembro-lhe que depois da prisão de 1977

paralizei a actividade económica até 1978 e voltei a retomá-la em Dezembro, graças aos filhos que sempre animaram a ideia.

Lembro-lhe ainda, que em 1989 voltei a sofrer nova prisão, mas já com ânimo redobrado continuei a luta pelo meu direito à vida. No mesmo ano de 1989, iniciei as obras do Bissau hoje a vista de todos. Em 1990 iniciei a actividade da Companhia de Caju. Comprei um barco que ficou em Rotunda com dois camiões em cima e apoio de ninguém para resolver o problema da máfia que criou a saída do mesmo da fronteira. Ainda lhe lembro que em 1992 fiquei com a castanha armazenada cerca de um milhão, com um prejuízo de cerca de um milhão de dólares, não se ver destruído.

Finalmente lhe digo que este homem que levou uma vida de acaçoso e de perseguições, mesmo que se equilibrasse ponderado nos seus lances não se ver destruído.

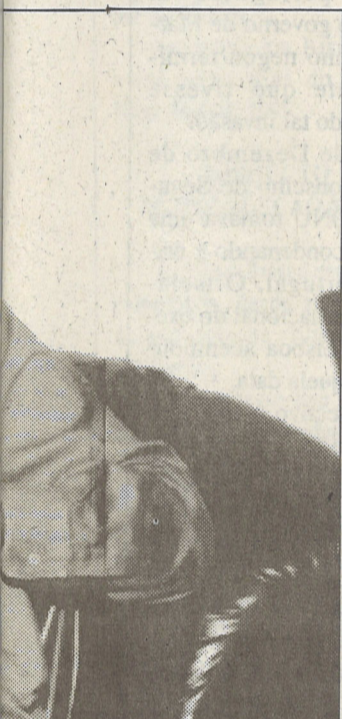
E sobre a sua pergunta, a dizer que procuro apoio aos bancos para alargar a minha acção no campo das exportações. Mas estes bancos não têm vontade de emprestar para abrir um crédito, e as garantias reais no exterior não são suficientes para Portugal por exemplo. Daí a necessidade de termos que ter muita cabeça

nes em entrevista ao Nô Pintcha

o dos Governos do PAIGC

os, ainda por arquivar (obras), fomos encontrar o Sr. de 70 anos de idade, mas ainda cheio de dinâmica, um reconhecimento das lides comerciais, em actividade desde 1946.

tervistar em exclusivo, a primeira tal como o próprio e candidatou as presidenciais tendo saído derrotado. Comercial, político e privado. Respostas como o de um DGS, prisão em 1967, Luís Cabral, prisão em 1977 e o humanista, o que se pode ver pelos preços dos seus mas foi-nos revelado ao longo desta nossa conversa. a entrada para a direcção superior do PAIGC como a razão da sua saída desta formação foram abor-n o "decano" guineense dos operadores económicos.



em desistir da luta para a vamos - A honestidade

operar e graças a Deus, não vamos mal, valendo-se do pouco que temos, temos conseguido não ficar para trás das grandes empresas.

Quanto as dívidas, sempre tivemos respeito pelos compromissos assumidos e, não obstante os entraves, temos conseguido manter a mesma credibilidade dos anos 1955 a esta parte. Com quarenta anos de vida, nem os prejuízos abusivos que se nos colocaram a frente, fez-nos desistir da luta para manter um distintivo por que sempre lutamos: a honestidade.

JNP- Até há bem poucos anos, o Sr. era mal-amado dos Governos do PAIGC, particularmente antes dos acontecimentos do "14 de Novembro de 1980" foi várias vezes preso. Porque aderiu mais tarde a esse partido?

CG- Eu seria injusto se aceitasse a pergunta como foi feita. Não era mal-amado dos Governos do PAIGC. Estive mal depois de 1980 porque fui preso em 1989 pela última vez. Não aceito que o mal era dos Governos do PAIGC, mas sim de certos elementos que fizeram parte desses Executivos do partido no poder que prejudicaram tanto este partido como me prejudicaram.

Hoje quase todos afastados, daí que possa afirmar que vários dos indivíduos do PAIGC que

até andaram comigo na escola e que conheciam a minha capacidade tudo fizeram para não me verem avançar na política, com medo de os derrotar duas vezes, ou seja no plano económico e político.

Para responder que com a entrada do PAIGC à Bissau, lutei sempre para o lugar que me pertence como lutador carismático que sou. Lutar não é só de arma na mão. Sou bom atirador, um bom desportista de tiros aos pratos, sempre entre os primeiros. Por conseguinte, não tenho medo das armas, mas escolhi a caneta na mão e não me tenho dado mal.

Respondo-lhe que não aderi ao partido PAIGC depois do 14 de Novembro de 1980, porque sou dos militantes mais antigos deste partido, preso em 1967, e com a entrada do PAIGC fui recenseado e como todos os militantes da chamada zona zero, rejeitamos a ideia da inscrição depois da tal entrada dos combatentes à cidade, porque já eramos militantes.

Toda gente se lembra que candidatei logo as primeiras eleições e as seguintes. Por isso mesmo fui preso em 1987 e depois 1989. Também toda gente se lembra que fui chamado logo à Canjambari, antes da entrada dos combatentes à cidade. Daí que posso responder-lhe de que fui convidado a candidatar à direcção superior do PAIGC, como justo prémio das minhas posições.

Tinham mesmo que aceitar e as minhas prisões nada têm haver com o Partido mas sim com o regime. O Partido é um instrumento de luta e nada tem a haver com o comportamento das pessoas que o dirigem, daí que aceitei o convite pela mudança que me foi prometido e que constam dos estatutos.

JNP - No Congresso do PAIGC foi eleito na 6ª posição da Comissão Nacional da hierarquia do Partido e 15º homem da Comissão Política e Secretário para Administração e Finanças. Porque suspendeu a sua militância?

CG - Eu não suspendi a minha militância, mas sim deixei de ser convocado dada as posições que assumi durante a fase das negociações da Comissão Mista de Transição (CMT).

Concretamente, não estando

de acordo com as linhas de orientações e de certas atitudes que motivaram o meu protesto de falta de confiança, declarei que continuaria como membro da direcção superior do Partido, mas como candidato independente.

Não houve resposta, por parte do presidente do partido, da carta em que fundamentava os motivos da minha posição. Então deixei de ser convocado, e só mais tarde, por altura, dos preparativos das eleições, foi nomeado uma comissão da direcção superior do Partido para me contactar e saber se podiam contar comigo na lista dos deputados.

Respondo ser já tarde, sem adiantar mais nada, porque a partir de 20 de Janeiro de 1994 aceitei o convite do PCD para ser seu candidato à Presidência da República.

A DERROTA NÃO ME ENVERGONHA

JNP - O Sr. Carlos Gomes foi candidato das primeiras eleições presidenciais democraticamente realizadas no país tendo saído derrotado. Voltará ou não a recandidatar-se nas próximas e em que moldes?

CG - Devo responder-lhe que a derrota não me envergonhou. O povo respondeu satisfatoriamente. Fiz campanha durante três meses e derrotei candidatos de partidos que há anos já se manifestavam.

É preciso saber que me apre-

Aproveito esta oportunidade para agradecer a todo o povo da Guiné pelo carinho que sempre me testemunhou e que justificou durante as votações.

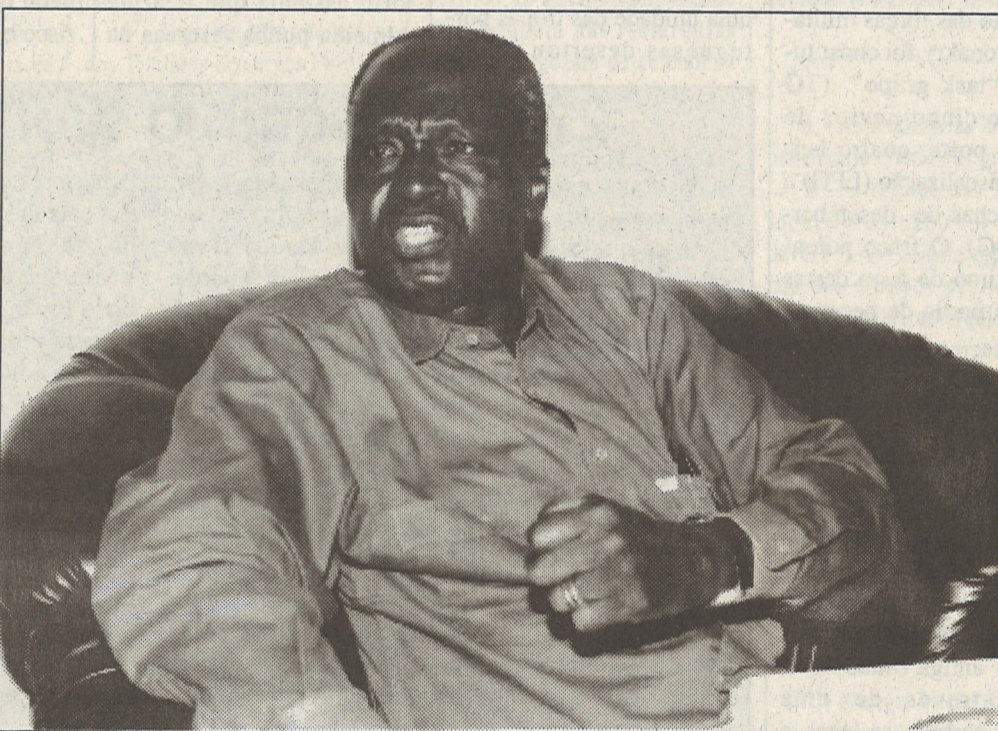
Quanto aos resultados, deixaram-me contente. Provei ao povo as minhas disponibilidades e demonstraram que não lhes sou indiferente.

JNP - Há que diga que a derrota do PCD, partido que o apoiou, ficou devida a aliança que fez com o Sr. Carlos Gomes, apesar da sua votação nas Presidenciais ser superior ao deste Partido nas legislativas. Quer comentar esta afirmação?

CG - A própria pergunta responde por mim. Todavia devo dizer que foi uma seta envenenada para me lançarem em contradição com o PCD, partido que aproveito para testemunhar o meu profundo reconhecimento, admiração e agradecimento.

A derrota do PCD, na minha opinião, é o amargo na boca de todos os cidadãos e uma factura cara demais que o país está a pagar, para afirmar finalmente que não há democracia no país sem os valores que o PCD reúne.

É bom que todos, sem constrangimento por motivos partidários, reconheçamos os sacrifícios dos jovens e bravos lutadores do PCD, jovens que quase comprometeram o futuro, com tudo o que tinham por uma causa que só nos irmanava mais. Jovens que confiaram num mundo melhor para todos e finalmente ausentes



Carlos Gomes. As minhas prisões não têm nada a ver com o partido mas sim com o regime

sentei as urnas sem fiscais nas mesas, e necessário saber o que se passou nas mesas.

Quanto a pergunta se conto recandidatar outra vez, digo-lhe que decidi candidatar-me a convite do PCD após bastante insistência. Até as próximas eleições contarei 70 anos de idade e só Deus sabe da resposta que poderei vir a dar.

nas bancadas da ANP.

Para todos é doloroso demais, mesmo para o partido no poder. Entendemos que tudo era mais fácil para o nosso povo e para todos nós que afinal bate-mos para a mesma causa.

O desprezo de alguns como a afirmação que aponta a pergunta, não nos pode tocar e só podemos responder que ainda não enten-

deram nada.

JNP- Vai deixar ou continuar a política?

CG- Eu respondo que a política não é a veste que trazemos no corpo, é algo que fala dentro de nós e tem que ver com o espírito da justiça que encarnamos ou não.

Quando nos sentimos em consciência justa com as posições que assumimos e que o povo aplaude, é porque somos políticos de verdade. Quando fazemos política por ostentação e cometemos erros em que o povo e mundo reclamam mudanças, temos que dizer o que somos afinal, já que ninguém nos aprova ou somos aprovados esporadicamente para em seguida cometermos erros maiores. A resposta só o povo ou a sociedade em que estamos inseridos a poderá responder na altura própria.

O que podemos afirmar, é que continuaremos como independentes e cabe a sociedade civil fazer o juízo da minha conduta.

Se entende o povo que sou político pelas posições que assumo, é porque sou político mesmo.

Ambições não tenho de ser Presidente da República. Pretendi dar o meu quinhão ao povo. Acho que sou presidente na vida que escolhi. Pretender mais é traír o castigo de Deus. Agora não sou livre de o povo exigir de mim.

JNP- O Sr. tem boas relações com o Sr. Presidente da República e com o Sr. Primeiro-Ministro?

CG- Eu penso falamos da política e não de relações pessoais, porque senão entramos em contradição. É bom reparar as coisas, porque se fala como depreendi ao longo das perguntas em que falamos de política, respondo que depende da forma como as pessoas concebem a

Discutimos para encontrar o melhor ou pior caminho. O que interessa é voltarmos a irmanar, para amanhã retomarmos as discussões até acertarmos com o bom caminho que afinal todos ansiamos encontrar.

É o espírito, julgo eu, que paira sobre os filhos da Guiné, as vezes, no meio das confusões que algumas vezes se estabelecem. Somos todos parentes e amigos. Ainda é cedo e é jovem a nossa democracia, mas penso que os sinais são estes. Se pensa assim com a pergunta formulada, então posso dizer que tenho boas relações pessoais com o Sr. Presidente da República e com o Primeiro-Ministro.

Sabem da minha voluntariedade de opinião franca e sabem também que contento com o que tenho. Não sou homem tirar pão a ninguém e na luta travada, acho que a presença de todos era necessária, é visto ser responsável para discutir o destino do nosso povo.

Quanto as divergências de opinião política, penso que até ao Congresso sou membro da Comissão Política do PAIGC, mas não hesitei com a minha candidatura, saí a rua e dei largas provas que não estou de acordo com as orientações políticas que vem seguindo o país, o que não quer dizer que alvejei o Sr. Presidente da República ou Sr. Primeiro-Ministro. Pessoalmente manifestei desejar a mudança.

JNP- Como político e empresário, que leitura faz da actual conjuntura que o país atravessa?

CG- Julgo que se refere a conjuntura económica que considero ser de muito má a situação que atravessamos, um mal que reflecte pesadamente mesmo na nossa actividade empresarial.

Numa das minhas respostas anteriores está reflectida a actual situação económica ao falar do PCD. Não é só pelo facto do reconhecimento por esta formação me ter convidado e apesar de ter sido derrotado a minha imagem ficou bem destacada.

Deixamos de invejar e de se estar a armar em mais esperto para desencorajar. Repito, com a presença do PCD nas bancadas e de mais partidos influentes se houvesse, o mundo acolhia melhor nossa subcidadão.

Mas escolhemos uma democracia mais estreita e o mundo virou-nos as costas. Deixemos de ilusões, é verdade que a realidade é mesmo esta. Soluções não avançam para não se confundir que é por estar de fora, para responder que estou bem e sempre pronto a apoiar a busca destas.

Quanto a mim, o Sr. Presidente da República falou recentemente de uma conferência e entendo que a ideia não é de deixar de fora. Temos de conversar se queremos na verdade encontrar o bom caminho. Conferência ou decisões opinando para novas eleições acho que deixou as portas abertas para o diálogo.

Radicalismo deve-se ao resultado da derrota total da oposição nas presidenciais, mais ou menos um grande desequilíbrio nas legislativas e nas actuais bancadas da ANP e uma de soluções de todos não é de desprezar.

política.

Se todos somos nacionalistas, não interessa uns julgarem-se mais que os outros, o que conta é o nosso interesse de sentido pela causa nacional e sentir dentro o bem-estar do nosso povo e as relações pessoais não podem ser perturbadas pelas diferenças de opiniões partidárias.

As Forças Armadas portuguesas invadiram, há 25 anos, pela primeira vez este século, um país estrangeiro: o Estado visado foi a Guiné-Conakry.

Foi uma operação militar, sancionada pelo governo de Marcelo Caetano, realizada a partir da Guiné-Bissau. Ocorreu, precisamente, a 22 de Novembro de 1970.

Recebeu o nome de código de "Mar Verde", e foi montada como operação "encoberta", à revelia das normas e convenções internacionais, justificada em nome dos "altos interesses da Nação".

A força castresses portuguesa actuou ao arripio da ética de um Exército civilizado: as tropas lusas, em caso de captura ou de outro qualquer percalço, seriam consideradas "mercenárias" pelo governo de Lisboa, o fautor da missão.

A operação foi organizada, essencialmente, para "realizar um golpe de Estado" na República da Guiné-Conakry, com missões específicas, entre outras, de "eliminação física" do Chefe de Estado de então, Sekou Touré.

"Paralelamente", segundo a ordem de missão, visava executar um "golpe de mão" sobre as instalações do PAIGC em Conakry e libertar cerca de três dezenas de militares portugueses prisioneiros daquele movimento de guerrilha anti-colonial. O Alto Comando militar português em Bissau considerava então que, face à evolução da guerrilha no território, o único meio de evitar uma derrota era "metralhar a potencial do inimigo nos seus santuários", conforme assinala uma missiva enviada tempos antes por Spínola para o chefe de Governo, Marcelo Caetano.

Com a aminência de Lisboa, o governador e comandante-em-chefe das Forças Armadas na Guiné-Bissau, general António de Spínola, atribuiu a organização da operação ao capitão-tenente Alpoim Calvão, que dirigia o centro de operações especiais do seu quartel-general.

O "processo técnico" para conseguir os objectivos, segundo Alpoim Calvão, no seu livro "De Conakry ao MDLP", era pois o de executar um golpe de Estado, arremetendo opositorista de Sekou Touré, que se prontificassem a estabelecer um governo em Conakry favorável aos interesses portugueses.

Calvão conseguiu reco-

Invasão de Conakry foi há 25 anos

"Mar Verde"/Conakry: Um golpe de Estado com "mercenários" portugueses



lher em vários países da região cerca de 200 exilados, que transportou para a ilha de Soga (Bijagós), onde estabeleceu um centro de destratamento. Juntou-lhes unidades de "comandos" e fuzileiros portuguesas do recrutamento guineenses, dirigidas por oficiais e instrutores (sargentos e praças) "brancos".

Para o transporte e apoio à actuação das forças militares em Conakry foi constituído um "task grupo" (TG 27-2) de cinco navios de pequeno porte: quatro lanchas de fiscalização (LFG) e duas lanchas de desembarque (LDG). O fraco potencial máximo de fogo destas unidades partia de peças de 40mm.

As tropas no terreno estavam munidas de armas ligeiras de origem russa (Ak-47, vulgo kalashnikov, e Degterev), lança-granadas foguetes (bazukas) e lança-roquetes.

Não havia apoio aéreo, as armas tinham sido compradas à antiga União Soviética (através de uma empresa portuguesa legal, a Norte Importador, de José Zoio, Conde de Pavullo) e o sistema de informações em que se montara a operação era deficiente, de acordo com o relatório final da missão elaborado pelo comandante Alpoim Calvão.

O desembarque em Conakry começou às 00h45 de 22 de Novembro de

1970. Às 09:00 do comandante da operação refere que terminou o reembarque.

O golpe de estado falhou, Sekou Touré não foi encontrado, os principais objectivos políticos e militares não foram alcançados (neutralizações das estações de rádio e localização da base de aviões (MIG), não foi obtido apoio interno para os posicionistas a Touré, e uma unidade das tropas portuguesas desertou ou foi

capturada. Houve mortos e feridos entre os portugueses.

Adesarticulação logística do PAIGC tornou-se pouco relevante para o esforço de guerra "IN" (do Inimigo), embora lhe tivessem sido destruídas algumas instalações e quatro pequenas vedetas, no porto de Conakry.

De positivo, para o lado português, como resultados imediatos, apenas se regista a libertação de 26 militares portugueses, detidos, alguns deles há vários anos, em más condições prisionais.

A operação não mereceu, desde o início, a aprovação de alguns oficiais portugueses que nela participaram.

O relatório final da operação de Alpoim Calvão, citado no seu livro "De Conakry ao MDLP", refere apenas dois oficiais contestários: o major - hoje coronel na reforma - leal de Almeida, então supervisor da Companhia de Comandos Africanos, e o comandante de uma das lanchas de desembarque Luís Costa Correia.

Sobre o primeiro, o relatório assinala que Leal de Almeida punha reservas na

suarealização por ser contra a "ética militar" efectuar uma operação clandestina contra um país estrangeiro. Costa Correia segundo Calvão, mostrava-se "renitente" também em participar.

O relatório sublinhou ainda que os dois oficiais foram colocados perante a mensagem secreta de Spínola que exigia: "Todas as ordens emanadas de CTG.2 devem ser prontas e integralmente cumpridas seja qual for a sua natureza, amplitude e quaisquer que sejam implicações que daí possam resultar".

A Agência Lusa falou com aqueles dois oficiais. Leal de Almeida, coronel reformado, hoje professor de Educação Física, escusou-se a fazer considerações sobre o evento, afirmando que mantém hoje as convicções sobre a ética militar que então utilizou. "Só espero que me seja feita justiça", frisou.

Costa Correia, oficial superior da marinha de Guerra na reserva, actualmente funcionário superior da União Europeia em Lisboa, sustentou que, tal como na época, continua "a considerar que a operação era de risco e não servia os interes-

ses de Portugal".

Recordou que se serviu "do único instrumento" que tinha então "à mão" - a ordenança do Serviço Naval - para contestar a validade de tal acção, e isso fez constar. Assinalou que o diário náutico do navio que comandava se refere precisamente ao assunto.

Tudo indicava - acrescentou - que se tratava de uma "aventura, sem efeitos práticos, mesmo se houvesse mudança de governo em Conakry".

"A comunidade internacional iria condenar sempre a acção portuguesa", justificou.

Apesar de haver vestígios evidentes da presença de forças portuguesa em Conakry, o governo de Marcelo Caetano negou terminantemente que tivesse patrocinado tal invasão.

A 08 de Dezembro de 1970, o Conselho de Segurança da ONU tomava uma resolução condenando a invasão de Portugal. O isolamento internacional do executivo de Lisboa acentuou-se desde aquela data.

"O objectivo estratégico falhou, não há dúvida nenhuma", escreve hoje Alpoim Calvão num depoimento inserto no livro "A guerra de África", I volume - de 1961 a 1974, do historiador José Freire Antunes.

Calvão, no seu relatório de 1970, resume que "o insucesso do golpe de Estado ficou-se devendo à manifesta carência de informação, que falhou completamente no que toca à presença da aviação de caça em Conakry e aos apoios activos internos que não existiam ou, se existiam, não se concretizaram".

Em 1990, a agência soviética TASS, que pesquisara os arquivos do antigo KGB, referia que a União Soviética tinha informado antecipadamente Sekou Touré do desembarque de tropas portuguesas em Conakry. Os serviços secretos da URSS tinham seguido "o movimento" das armas que Portugal lhe comprara.

No espaço de um ano, em 1970, as autoridades político-militares portuguesas sofriam na Guiné-Bissau dois reveses significativos: nos primeiros meses do ano, o PAIGC matava três maiores, que constituíam os principais sustentáculos do Estado-Maior de uma das frentes de combate. Em Novembro, Portugal era colocado na arena internacional perante o falhanço de um desembarque "clandestino" num país estrangeiro.

22 de Novembro de 1970

A selvagem agressão perpetrada pelos colonialistas portugueses contra a República da Guiné, com a finalidade de derrubar o regime político deste país independente e soberano de África e assassinar os dirigentes do Partido Democrático da Guiné e do nosso partido, nomeadamente o Presidente Ahmed Sékou Touré e o nosso Secretário-Geral, Amílcar Cabral, é um crime abominável não somente contra o povo irmão guineense e o nosso povo, mas também contra toda a África e a humanidade progressista.

Na sua agressão criminosa contra a República da Guiné, os colonialistas portugueses sofreram a mais vergonhosa derrota da sua história colonial.

A vitória alcançada pelo heróico povo guineense contra os agressores colonialistas portugueses serve de interesse aos povos africanos e a todas as forças anti-imperialistas e marca uma etapa gloriosa da história da luta dos povos de África para a salvaguarda da sua dignidade e a consolidação da independência dos Estados africanos e a libertação do nosso continente.

Estes que, durante cinco séculos exploram os povos africanos, na Guiné e Cabo Verde, em Angola, em Moçambique e em São Tomé. Estes que, nas suas sujas guerras coloniais, com o apoio dos seus aliados, bombardeiam as aldeias pacíficas com napalm e fósforo branco, matando crianças e as populações das regiões libertadas de Angola, Moçambique e do nosso país...

Estes que não respeitam as leis internacionais e cometem crimes monstruosos contra a Humanidade. Estes que, no seu país, Portugal, oprimem e exploram o seu próprio povo.

São os mesmos que cometeram a selvagem agressão contra a República da Guiné: PARTICULARMENTE OS RETRÓGRADOS COLONIALISTAS PORTUGUESES.

A liquidação pelos nossos combatentes de três oficiais do Estado-Maior colonial; a morte de quatro deputados da Assembleia portuguesa num helicóptero abatido no nosso país; os ataques permanentes e cada dia mais eficazes contra as rectaguardas dos campos; a crescente pressão e as operações dos comandos contra as principais centros urbanos; várias centenas de mortos e feridos depois do início da época das chuvas; a impotência das forças colonialistas face aos grandes sucessos nos planos político, militar, económico, social e cultural, conduziu os colonialistas portugueses ao desespero cujos actos de agressão contra os países africanos independentes é a expressão mais eloquente.

SECTION I AVIS SPÉCIFIQUE D'APPEL D'OFFRES

1. Le Gouvernement de la République de Guinée-Bissau a obtenu un crédit de l'Agence Internationale pour le Développement (IDA) Crédit n° 2465 GUB en monnaie DES, pour financer le coût du Project du Secteur Social (PSS). Il est prévu qu'une partie des sommes accordées au titre de ce Crédit sera utilisée pour effectuer les paiements autorisés dans le cahier de charges pour lequel le présent Appel d'Offres est lancé.

2. Le Ministère du Plan et de la Cooperation Internationle invite, par le présent appel d'offres, les candidats admis à concourir à présenter leurs offres sous pli feremé, pour la fourniture des équipements médicaux pour l'Hôpital Natinal "Simão Mendes" dans le cadre du Project du Secteur Social (PSS) et pour les besoins du Ministère de la Santé Publique.

L'offre sera divisée dans les Lots suivants:

LOT I / A - ÉQUIPEMENT MÉDICAL SERVICE D'URGENCE ET MEDECINE

LOT II / A - ÉQUIPEMENT POUR PÉDIATRIE

LOT III / A - ÉQUIPEMENT POUR GÉNÉCOLOGIE / OBSTÉTRIQUE

LOT IV / A - ÉQUIPEMENT POUR BLOC OPÉRATOIRE, CIRURGIE ET SALLE POST-OPÉRATOIRE

LOT V / A - ÉQUIPEMENT POUR LABORATOIRE ET RADIOLOGIE

Les candidats admis à concourir peuvent obtenir des informations supplémentaires et consulter les dossiers d'appel d'offres dans bureaux de l'Unité de Coordination du PSS - Rue Guerra Mendes - B.P. n° 6 - Bissau - Guinée - Bissau ou par fax n° 20 11 88.

Tout Candiat admis à concourir, intéressé par le présent avis, pourra acheter le doossier d'appel d'offres, sur demande écrite au service ci-dessus et moyennant d'un montant non remboursable de US\$ 300,00 (trois cents Dollars Américains) au compte bancaire n° 126/0314 - PSS/Crédit IDA 2465 - GUB, ouvert à la Banque Totta & Açores - Bissau.

6. Toutes les offres doivent être accompagnées d'un cautionnement de soumission d'un montant au moins égal à 3%.

Les offres devront être déposés à l'adresse ci-dessus au plus tard le 15 Janvier 1996, à 10h30.

7. Les plis seront ouverts en présence des Représentations des soumissionnaires qui souhaitent être présents à l'ouverture, le 15 Janvier 1996 à 12 Heures, à l'Unité de Coordination du Project du Secteur Social.

Aniversário da guerra Sino / Japonesa assinalada com emissão de selos postais

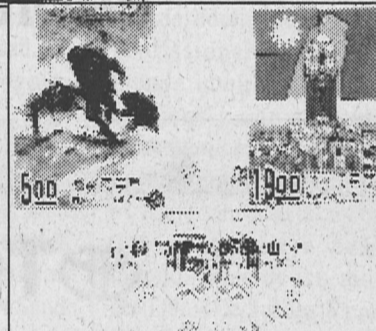
Por ocasião das comemorações do 50º Aniversário do reconhecimento da soberania da República da China sobre as ilhas de Formosa e Pescadores ocupadas militarmente pelo Japão numa guerra que durou oito anos, os governantes daquele país emitiram dois selos postais que assinala essa data.

O reconhecimento saído de uma reunião entre os chefes das potências mundiais ocidentais na altura, Estados Unidos de América e Grã-Bretanha, respectivamente Roosevelt e Churchill, na presença do Presidente da China Chiang-Kai-Shiek, através de um comunicado em Novembro de 1943, definiu na altura a política aliada na Guerra contra o Japão.

A emissão desses dois selos trabalho de uma directoria visa informar com certeza a origem da guerra e destacar os progressos



conseguidos pela China-Taiwan ao longo dos cinquenta anos. Podendo-se ver num dos selos a imagem dos Chefes de Estado e do Governo signatários do comunicado.



Vende-se

PNUD

Vende os seguintes artigos

- Mota, Honda XL 250R, Matrícula	ITG 13258
- Mota, Honda XL 250R, Matrícula	ITG 13260
- Mota, Honda XL 250R, Matrícula	ITG 13413
- Mota, Honda XL 250R, Matrícula	ITG 13259
- Mota, Honda XL 250R, Matrícula	ITG 12723
- Mota, Honda XL 250R, Matrícula	ITG 12995
- Mota, Honda XL 250R, Matrícula	Sem
- Viatura, Peugeot 505, Matrícula	RGB 1362 IT

Os interessados devem postular através de uma carta em envelope fechado dirigida ao senhor Administrador do PNUD, indicando na mesma o artigo, as suas referências e o montante que pretende pagar por ele.

No exterior do envelope fechado, os interessados deverão indicar o seguinte: "compra de (artigo que pretende comprar)", "compra de veículo (marca e matrícula)".

Os envelope devem dar entrada nos serviços Administrativos do PNUD até o dia 29 de Dezembro de 1995, pelas 12 horas.

Os artigos poderão ser inspecionados no PNUD, Rua Justino Lopes 72-72/A.

Concurso

REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU MINISTÉRIO DO EQUIPAMENTO SOCIAL

Está aberto pelos Ministérios do Equipamento Social e das Finanças, um Concurso de Alienação/Venda de Equipamentos, afectos às Brigadas de Manutenção de Estradas.

Os interessados ao Concurso, poderão até ao dia 10 de Dezembro pelas 12 horas, contactar a Direcção-Geral de Estradas e Pontes do Ministério do Equipamento Social em Brá - Bissau - para a obtenção de mais informações e aquisição de Caderno de Encargos.

Veja a nova gama da

STEIA

Representante exclusivo da



TOYOTA



visite-nos

Estamos no largo da Praça Ernesto Che-Guevara — Telef.: 20 13 47 — Fax: 20 12 27
Bissau — República da Guiné-Bissau

Texto: João Quintino Teixeira

Jornal Nô Pintcha (JNP) - Este ano o vosso país obteve algumas vitórias diplomáticas tais como a visita do vosso Presidente aos Estados Unidos da América?

Louis Kuo Ruey Chou (LKRC) - Os resultados desta visita foram muito positivos. O nosso Presidente visitou os Estados Unidos da América a convite da Universidade Cohn. Isto fez com que todo o mundo saiba da existência da República da China há 85 anos.

Como sabem, a República da China não faz parte nenhuma da China Comunista e os povos dos Estados Unidos sabem bem isto. Insistimos na política da existência de uma China, mas dentro do território chinês existem duas entidades políticas: Uma, a China Continental e a outra a República da China em Taiwan. O Governo americano permitiu ao nosso funcionário de alto nível visitar os Estados Unidos da América, o que significa que as relações substanciais entre os dois países progrediram muito.

JNP - Acha que o vosso lobby funcionou bem nos Estados Unidos?

LKRC - Acho que conseguimos resultados positivos, visto o lobby ter sido bem feito. Os nossos diplomatas que trabalham na nossa representação nos Estados Unidos deram as suas valiosas contribuições para que o lobby tenha sucessos.

Continuaremos a trabalhar juntos para estreitar ainda mais os laços de amizade existentes entre a República da China e os Estados Unidos da América.

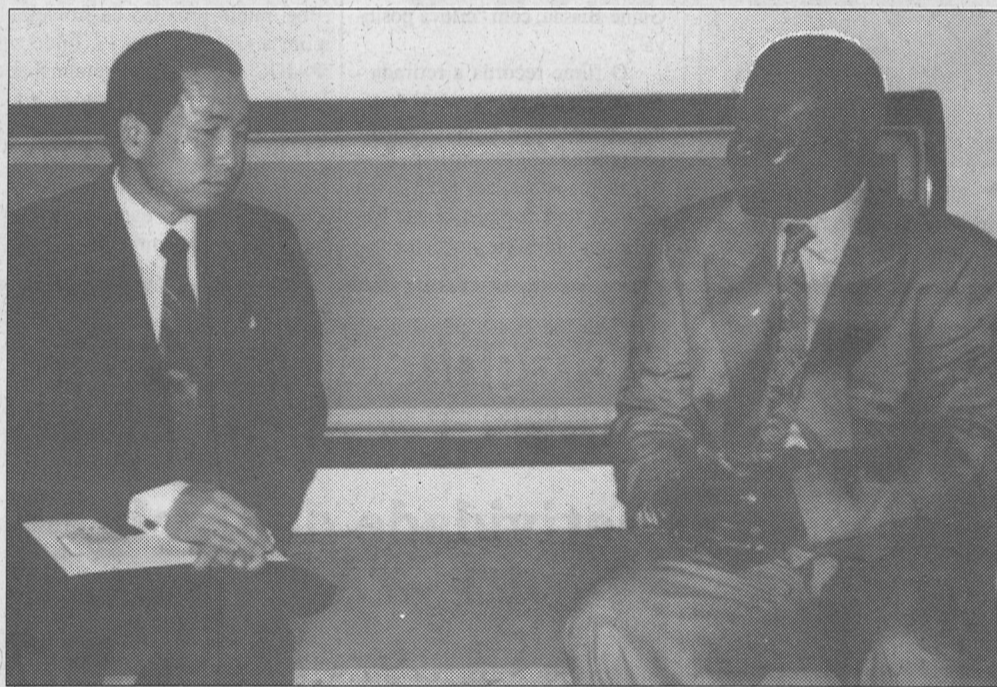
JNP - Nas comemorações do 50º aniversário das Nações Unidas em Nova Iorque, em Outubro findo, vários Chefes de Estado e de Governo se pronunciaram a favor da readmissão da República da China na ONU.

a) Acha que o vosso

Embaixador da China ao Nô Pintcha Guiné-Bissau joga posição de influência no Conselho de Segurança da ONU

O embaixador da China acreditado no nosso país defendeu, em entrevista exclusiva concedida ao Nô Pintcha, que a Guiné-Bissau como sendo membro não permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas joga uma posição de "muita influência" nesse organismo mundial.

Instado a pronunciar-se sobre o actual nível de cooperação entre os dois países, Louis Kuo Ruey Chou sublinha que o mesmo é positivo e o povo é testemunho das várias acções desenvolvidas e que estão em curso e afirma não acreditar na reunificação, por agora, defendendo que o seu Governo nunca pleitou a separação permanente dos dois lados do Estreito de Taiwan, adiantando, por outro lado, que o seu país continuará a promover a sua reentrada na ONU.



O embaixador Louis Kuo Ruey Chou (à esquerda) e o P. R. João Bernardo Vieira: relações bilaterais na ordem da audiência

país vai ser readmitido no próximo ano?

LKRC - Nós continuaremos a promover a reentrada da República da China nas Nações Unidas. Eu admito que existem dificuldades para a nossa entrada na ONU, tendo em conta que a China Continental levou 22 anos tentando antes que fosse aceite como membro da ONU. Talvez, nós não precisaremos esperar tanto tempo assim.

b) O que espera da Guiné-Bissau como membro não permanente do Conselho de Segurança da ONU?

LKRC - Gostaria de aproveitar esta oportunidade para agradecer, em nome do Governo e do povo da República da China, ao Governo e do povo da Guiné-Bissau pelo seu apoio e amizade, especialmente o Sr.

Presidente da República, João Bernardo Vieira, o Sr. Primeiro-Ministro, Manuel Saturnino Costa, e o Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros, Ansumane Mané. Eles participaram na 50ª Sessão da Assembleia Geral da ONU e fizeram discursos, pelo qual mencionaram assistência à ROC sobre a sua readmissão na ONU.

Neste momento, a Guiné-Bissau é um dos membros não permanentes do Conselho de Segurança da ONU, cuja posição importante, muito influência na ONU. Portanto, nós esperamos que a Guiné-Bissau nos dê mais auxílio em todos os órgãos da ONU.

JNP - Acredita na reunificação das duas Chinas antes do ano 2000?

LKRC - Não acredito nisso apesar de a reunificação da China é o desejo de todos os povos chineses no mundo, mas, também, é um destino de longo prazo.

O meu Governo nunca pleitou a separação permanente dos dois lados do Estreito de Taiwan. Sua adesão a política de "uma China" e sua busca resoluta da reunificação da China proporciona a maior certeza de que ambos os lados do Estreito de Taiwan irão, se as condições estiverem maduras, tornar-se "uma", democrática, livre, justa e próspera China".

JNP - Mudando um pouco do assunto, falemos Sr. embaixador da cooperação entre o vosso país e a Guiné-Bissau e a soma de ver-

bas despendidas para o desenvolvimento do vosso país?

LKRC - Resumidamente, não tenho muito a falar porque vocês são testemunhas daquilo que se fez ao longo destes anos no que diz respeito a várias acções desenvolvidas e que estão em curso na Guiné-Bissau.

Recentemente, em Abril deste ano, foi assinado um Protocolo de Cooperação Quinquenal entre o meu país e a República da Guiné-Bissau, protocolo esse que engloba os sectores da saúde, construção, agricultura, pescas, formação, assistência as diferentes instituições governamentais, entre outros.

JNP - Quanto despende anualmente o vosso país para apoiar os países em vias de desenvolvimento?

LKRC - O meu país tem ajudado há muito tempo vários países em vias de desenvolvimento.

Eu sou embaixador acreditado na Guiné-Bissau, por isso não posso quantificar a ajuda do meu país em relação aos outros países. Se for daqui estou habilitado a pronunciar.

Sabem que a nossa ajuda para com os países amigos da República da China são variáveis:

- Primeiro, existem donativos que o meu

país dá e que variam tanto em materiais e equipamentos, mas estes são considerados fundos perdidos porque não necessitam ser reembolsados;

- Segundo, no âmbito da ajuda existem créditos que são reembolsáveis, dependendo de juros aplicáveis.

O meu Governo, como é de salientar, enviou à Guiné-Bissau, desde 1990, duas missões para ajudar no desenvolvimento do país que são as Missões Técnica Agrícola e a Médica Chinesa.

JNP - Aonde reside o milagre económico do vosso país?

LKRC - O meu Governo desde cedo adoptou uma política económica bem definida relativamente à Educação para todos e é por isso que nós hoje temos boa mão de obra e técnicos muito qualificados.

Não é segredo para ninguém que o povo chinês trabalha arduamente, tendo 8 horas de trabalho diário durante seis dias por semana, repartidas em três turnos visto que as fábricas ali funcionavam 24 sobre 24 horas por dia, a partir de 1950 até 1970.

Além do exposto, o meu Governo soube utilizar muito bem a ajuda recebida dos Estados Unidos da América a partir dos anos 50 até meados dos anos 60, para o desenvolvimento agrícola do meu país.

O Governo da República da China teve muitos sucessos nas reformas agrárias porque as terras pertencentes aos latifundiários foram vendidas aos camponeses que a trabalharam tirando dela os seus rendimentos.

Os donos das terras, por sua vez, receberam créditos do Governo para o desenvolvimento do comércio e das indústrias.

Foi por isso que se notou muito afluência de pequenos e médios empresários.

O Presidente guineense, João Bernardo "Nino" Vieira, participa no documentário "Guilege no Corredor da Morte", cujas filmagens começaram a 3 de Dezembro, disse à Agência Lusa o autor do projecto, o jornalista José Manuel Saraiva.

Os dois episódios deste documentário têm cerca de uma hora de duração. O documentário lembra o abandono de duas companhias do Exército Português, ao fim de três dias de cerco e bombardeamento pelo PAIGC, numa operação comandada pelo hoje Chefe de Estado da Guiné-Bissau, Nino Vieira.

Guilege é a região onde o capitão cubano Raul Peralta, que lutava ao lado do PAIGC, foi capturado a 21 de Dezembro de 1969 por tropas para-queedistas e enviado para Portugal, ficando

Nino Vieira Actor em documentário sobre guerra colonial

preso no Forte de Caxias até 1974.

Raul Peralta, que actualmente vive em Cuba, deslocou-se expressamente à Guiné e vai também actuar nos documentários, ao lado de antigos combatentes do PAIGC e militares portugueses.

Com o autor viajaram o tenente-coronel para-queedista na reserva João Bessa, que capturou Raul Peralta, um antigo comandante operacional de companhia, Coutinho e Lima, que deu a ordem para abandonar o aquartelamento de Guilege, e o ex-alfere-miliciano Manuel Reis.

Estão também na Guiné, a fim de participarem nas filmagens, o coronel Pessoa, primeiro piloto-aviador português a ser derrubado - em 1973 - o seu Fiat por um míssil soviético e que esteve 20 horas escondido numa



► Nino Vieira o principal arífice da batalha de Guiledje

mata até ser evacuado por um helicóptero para Bissau.

Com o coronel Pessoa segue a mulher, antiga enfermeira para-queedista que, na altura, lhe prestou socorros, vindo a casar-se com ele.

José Manuel Saraiva, que cumpriu o serviço militar na Guiné-Bissau entre 1968-1970, rodou durante o mês de Abril deste ano, neste país africano, o documentário "A Retirada de Madina do Boé", exibido em Maio na SIC e, em Junho, na Guiné-Bissau, com "crítica positiva".

O filme recorda a retirada - por ordem do então general António de Spínola - de uma unidade comandada pelo capitão José Aparício e aquatelada em Madina do Boé, zona completamente isolada que, durante nove meses,

registou mais de 300 ataques do PAIGC.

Nesta operação, que envolveu centenas de efectivos dos três ramos das Forças Armadas Portuguesas, é dado especial destaque ao naufrágio de uma lancha de transporte entre as margens do Rio Corubal, em que pereceram 46 militares.

O autor, cujo Batalhão estava aquartelado no sector Leste, em Xitole, e também participou na operação, referiu que a guerrilha controlava a zona de Madina do Boé, muito próxima da fronteira com a Guiné-Conakry, onde o PAIGC declarou unilateralmente a independência do território em 24 de Setembro de 1973.

Para José Manuel Saraiva, fazer este documentário justificou-se tanto mais quanto, em sua opinião, havia uma lacuna no

panorama das televisões portuguesas relativamente ao sacrifício das gerações que passaram pela Guerra de África.

O hoje tenente-coronel na reserva José Aparício e o então alferes-miliciano Gustavo Pimenta, actualmente jurista, estiveram com o autor em Madina do Boé para participarem nas filmagens, juntamente com ex-militares do PAIGC.

José Manuel Saraiva contou que o encontro dos antigos combatentes foi muito "emotivo", mas acentuou que a reacção, de ambos os lados, acabou por ser "excepcional".

O documentário sobre "A Retirada de Madina do Boé" recebeu um subsídio de oito mil contos do Instituto Português da Arte Cinematográfica e Audiovisual (IPACA) e teve apoio do canal televisivo SIC.

Fonte do IPACA disse à Agência Lusa que o filme foi comprado pelo canal cultural televisivo franco-alemão ARTE, para difusão em França e países africanos francófonos, por um período de três anos, tendo já participado em festivais na Bélgica e Rússia.

Primeiro-Ministro envia mensagem ao seu homólogo cabo-verdiano

Felicitamos calorosamente Vossa Excelência, em meu nome pessoal e do meu Governo, pela vitória alcançada pelo Movimento para a Democracia (MpD) nas eleições legislativas do domingo passado, formulando os melhores votos para que o novo mandato seja coroado de êxitos.

Este novo triunfo eleitoral do MpD não é mais do que o corolário de uma boa governação, que durante quatro anos se empenhou esforçadamente pelo desenvolvimento económico, social e cultural de Cabo Verde e pelo bem-estar do seu povo, não obstante as dificuldades de toda a ordem que a Nação cabo-verdiana teve de enfrentar.

Neste momento, apraz-me reiterar a Vossa Excelência a nossa inteira disponibilidade de continuarmos a desenvolver acções com vista ao reforço dos laços de amizade, de cooperação e fraternidade que unem Cabo Verde e a Guiné-Bissau.

Anúncio

A SNV (Organização Holandesa de Desenvolvimento) apresenta-lhe os melhores cumprimentos e pela presente vem informar que doravante, o escritório passará a funcionar também como Consulado dos Países Baixos. Desta feita, solicita e agradece que lhe seja publicitada no Jornal Nô Pintcha o seu novo cartão de visita, como segue:

SNV - Organização Holandesa de Desenvolvimento

Endereço:
Rua Dr. Severino de Pina (Rua 10), nº 33
Telefone: 20 11 54 / 20 19 43 / 20 19 44
Atendimento: das 8H00 às 15H00
Consulado dos Países Baixos
Atendimento: Terça à Quinta
Horário: das 8H00 às 15H00



Texto e Foto: Agostinho Pereira (Apego)

"CU MARIA NÔ CUMPU IGREJA FAMÍLIA DI DEUS". Foi o lema da peregrinação que agrupou dezenas de milhares de pessoas, cristãos e leigos à cidade de Cacheu, norte do país, no dia 10 do corrente mês.

A cerimónia que iniciou às 10 horas, frente da capela de N.ª Senhora de Natividade, a primeira construída na Guiné e na África Ocidental, com a reza do terço, leituras de reflexões sobre as deliberações do "Sínodo" dos bispos africanos realizado em Junho do ano passado, em Roma-Itália, e cuja procissão que percorreu toda a artéria principal daquela cidade, seguido de missa solene presidida pelo Bispo de Bissau, na nova capela que dista a 2 quilómetros da antiga.

D. Settimio A. Ferrazzetta na sua homilia que durou cerca de uma hora, agradeceu aos populares de Cacheu pela hospitalidade que sempre têm oferecido as comunidades nas peregrinações, a todos os presentes e, em especial a Comunidade de Gabú, que pela primeira vez na história da igreja católica do país, marcou a sua presença no evento.

"Hoje, o Sr. nos convocou, aqui em Cacheu, para fazermos uma celebração solene em honra da Nossa Senhora de Natividade sua mãe, e também para reflectirmos um pouco no caminho traçado pelo Cristo".

"Também, para lembrarmos as diferentes categorias de pessoas existentes na sociedade e, que têm como missão organizar-se para servirem melhor suas comunidades cristãs, e a sociedade da Guiné-Bissau". Defendeu o responsável máximo da Igreja Católica guineense.

Arturo Ferrazzetta, evocou dois pontos fundamentais que devem acompanhar os cristãos nas suas caminhadas quotidiana.

1) Afirmar e confirmar suas unidades na fé; que segundo ele é a

Peregrinação Mariana "Católicos visitaram Natividade de Cacheu"



► Peregrinos em procissão numa das ruas de Cacheu

primeira grande verdade que deve orientar todos os cristãos do país.

2) Confirmar e afirmar a coerência e vontade de renovação do espírito.

O exodo rural e a corrupção são entre outros males da sociedade que mereceram a preocupação do Bispo de Bissau. Assim, o dirigente da igreja católica lembrou o caso das pessoas que deixam o campo para cidade sem o mínimo de garantia para suas sobrevivências e que finalmente se transformam em bandidos, assaltantes e até consumidores de droga, males que arrastam a sociedade para o abismo e retrocesso.

No que diz respeito a corrupção, D. Settimio disse que ser pobre e rico é uma questão relativa. "Cada pessoa deve aceitar com dignidade o destino que lhe é dado pela natureza".

"Se és pobre, não deves aproveitar da posição e responsabilidade que a sociedade lhe atribuiu, para roubar os bens do povo" vinco, acrescentando que todo o cristão tem o direito de anunciar e denunciar os males da sociedade, mas respeitando acima de tudo, as leis.

De salientar que a peregrinação foi animada pelo "Grupo Coral" da Paróquia de Nossa Sra. de Fátima de Bissau, um grupo veterano em termos deste evento, e serviu de preparativos para a Assembleia-Geral da Diocese a realizar em Junho de 1996.

PEREGRINAÇÃO: COMO SURTIU?

A peregrinação é uma tradição

Anúncio

Pelo Instituto Nacional de Seguros e Previdência Social (INSPS), no Processo Disciplinar pendente nesta Instituição movida contra os trabalhadores Samba Candé, Carlota Cadijato Embaló, Eduardo Évora Monteiro, Maria Isabel Djaló, Rui Jorge T. Alfama, Carlos Alberto C. Cabral, Askia Ahmed Sané, Alberto Samba Embaló, Maria Madalena Lopes, Edmundo Agostinho S. Gama, Maio Veríssimo Baldé, Adulai Djau, Rosalina Adão Rodrigues, Armando Carlos Sanca e Beatriz Fernandes Monteiro, residentes em parte incerta em Portugal, são estes citados para, no prazo de dez dias que começa a correr depois de finda a dilação de vinte dias, contada da data da publicação deste anúncio, apresentarem as suas defesas, sob a comissão de serem despedidos com justa causa.

- Os referidos trabalhadores poderão contactar o instrutor do Processo a fim de levantarem a nota de culpa que contra os mesmos foi levantada.

Instituto Nacional de Seguros e Previdência Social, aos doze dias do mês de Dezembro de mil novecentos e noventa e cinco.

O Instrutor do Processo
Faustino de Melo Correia